

IMPACTOS



DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

NA PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS



RENDA FAMILIAR



PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS



DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL



**IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DE
PRODUTORES RURAIS**

ANTONIO ADAIL PINTO CARDOSO

**IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DE
PRODUTORES RURAIS**

1ª Edição

Quipá Editora
2026

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C268i Cardoso, Antonio Adail Pinto
Impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na percepção de produtores rurais / Antonio Adail Pinto Cardoso. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2026.
71 p. : il.

ISBN 978-65-5376-532-0

1. PRONAF. 2. Agricultura familiar. 3. Produtor rural. I. Título.

CDD 338.1881

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em março de 2026.

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

Para minha mãe, Nadir, porque foi ela que disse “você não vai pra roça, você vai estudar”. Mas não foi por desvalorizar a agricultura que ela mudou meu destino...foi por buscar um destino diferente para seu caçula, o mais novo dos seus nove filhos...quatro meninas, cinco meninos...

Ela não me ensinou a renegar a roça, ela me ensinou a valorizar os estudos...e eu obedeci...fui estudar, mas também, fui pra roça, levando meu caderno e meu livro debaixo do braço e em meio à lida, eu ia aprendendo sobre esse outro universo, o universo da escrita...da leitura...dos números...

E sou professor, sou funcionário público federal e daqui a pouco, serei também Mestre...e sou da roça. Mas não fui, eu, sozinho... foi Nadir, minha mãe, que fez esse filho da Agricultura Familiar, com muito orgulho, percorrer esse caminho e chegar até aqui...e ir mais longe, quem sabe...

E foi com minha mãe que aprendi também a nunca esquecer de onde vim, de quem sou, do que me deu moradia, alimento, estudo...do que me tornou forte e resiliente...a Agricultura Familiar.

E é por isso, minha mãe, que eu fui estudar, é para você e por você este momento.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terás o que colher”.

(Cora Coralina)

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pelo presente da vida com saúde, força e determinação para realização deste trabalho.

À minha família, em especial a minha querida mãe in memoriam, que desde criança me estimulou, me fez acreditar que a educação seria o caminho para o meu crescimento pessoal e profissional.

À minha orientadora, Profa. Dra. Luciana Gondim de Almeida Guimarães que mesmo distante geograficamente, sempre esteve presente, compartilhando sua experiência, me motivando e contribuindo na elaboração da pesquisa e dissertação.

À comunidade do Sítio São José Iguatu-CE, em especial aos agricultores familiares que gentilmente se dispuseram a responder as perguntas do questionário de pesquisa e a tesoureira da associação Fabiana, que se dispôs a me conduzir até as residências dos entrevistados.

Aos meus colegas de trabalho que me motivaram a ingressar nesse mestrado, me dando suporte inclusive, na organização da documentação necessária para inscrição e ajuda financeira da Instituição.

Aos meus colegas de trabalho, técnicos administrativos e docentes, do IFCE Campus Iguatu, em especial do Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção que sempre me apoiaram durante todo o mestrado.

Aos Diretores do IFCE Campus Iguatu, pelo incentivo durante toda esta jornada.

Aos meus colegas do curso pelo aprendizado e experiências compartilhadas, além dos laços de amizade que construímos.

Aos professores da Universidade Potiguar-UNP, pela seriedade, compromisso e responsabilidade que tiveram, compartilhando seus conhecimentos e experiências, que foram de fundamental importância para o sucesso desse mestrado.

E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização do meu trabalho.

RESUMO

O objetivo do PRONAF é facilitar o financiamento de custeio e investimento para agricultores familiares com mão de obra familiar. O objetivo geral deste estudo foi explorar os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar na percepção dos produtores rurais de uma comunidade do município de Iguatu-CE. Trouxe ainda como objetivos específicos descrever o contexto histórico das políticas de fomento à agricultura familiar no Brasil; compreender os impactos do PRONAF na qualidade de vida dos agricultores familiares e verificar os impactos sociais, econômicos gerados pelo PRONAF nas práticas dos produtores da comunidade estudada.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, cujos dados foram coletados em pesquisa de campo. O estudo foi realizado no Sítio São José, localizado no Distrito Gadelha, em Iguatu-CE, participando da pesquisa 12 agricultores familiares dessa comunidade rural. A pesquisa foi constituída por maioria de homens idosos, com mais de 60 anos. São pessoas, em sua maioria, analfabetas ou semialfabetizadas, que começaram a trabalhar com 6, 7 anos de idade. A renda familiar da maioria é entre um a dois salários-mínimos. Como principal resultado, destaca-se que em relação ao objetivo da pesquisa, foi constatado que seis participantes utilizam ou já utilizaram o crédito e investiram principalmente na produção animal, mas mesmo assim, a maioria, demonstrou pouco ou nenhum conhecimento sobre o PRONAF, alguns destacando que o empréstimo melhorou sua produção, com o investimento possibilitado pelo crédito.

É muito comum quando falta a assistência, que as pessoas não tornem sua atividade agrícola um meio de mudança real em suas vidas, por não ter buscado a orientação adequada. É preciso que se busque alternativas como projetos de geração de renda, acesso maior a mercados e de comercialização, inserção em programas federais como o PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros, incentivos à diversificação produtiva e tantas outras estratégias, que tomaram forma e foram constituídos, principalmente, a partir do PRONAF.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Impactos. Políticas Públicas. PRONAF.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Evidências Empíricas Anteriores	31
Quadro 02	Relação entre objetivos e metodologia de pesquisa	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Dados pessoais dos agricultores	42
Tabela 02	Dados econômicos e agrícolas dos agricultores	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Tipo de cisterna na comunidade	40
Figura 02	Atividade de renda extra na família do agricultor	45
Figura 03	Amostra de semente crioula	49
Figura 04	Horta suspensa	49
Figura 05	Frutífera	50
Figura 06	Criação de gado	50
Figura 07	Criação de galinhas e perus	51

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNS	Conselho Nacional de Saúde
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MS	Ministério da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	13
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 2	19
REFERENCIAL TEÓRICO	
CAPÍTULO 3	37
METODOLOGIA	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
CAPÍTULO 5	59
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	67
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	70

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

Buonafina (2017), destaca que o Brasil é o país que detém o maior potencial agrícola do mundo, com médias de produtividade positivas, pois no período entre 1975 e 2015, a atividade agropecuária teve uma média de crescimento anual de 3,58%. Considerando apenas quatro anos do século XXI (2006 a 2010), a média foi de 4,08%, superando países como a China, com 3,25%; o Chile, com 3,08%; o Japão, com 2,86%; a Argentina, com 2,7%; a Indonésia, com 2,62%; os Estados Unidos, com 1,93%; e o México, com rendimento de 1,46% no período.

Segundo a autora, trata-se de médias que poderiam ser maiores, principalmente levando em consideração a heterogeneidade das áreas do Brasil, com intensas variedades de clima, tipos de solo, relevos, temperatura, o que leva a oscilações significativas de uma região a outra. Ocorre ainda não aproveitamento de uma considerável parcela de terras agricultáveis, o que gera, também, uma produtividade média geral baixa (BUONAFINA, 2017). Em 2023, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, a Agropecuária Brasileira cresceu 15,1%, principalmente pelo recorde nas produções de soja (27,1%) e de milho (19,0%).

Sobre a agricultura familiar no Brasil existem algumas peculiaridades, por conta das variações que existem de uma região para outra, algumas com solo e clima mais propício à produção de culturas, em outras, há presença de várias intempéries. Isso passa a gerar condições de cultivo específicas, em decorrência, principalmente, dos fatores climáticos. De acordo com Shneider (2003), as decisões tomadas pela família ante às condições materiais e ao ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias, que podem viabilizar ou não sua sobrevivência social, econômica e cultural.

A primeira menção legislativa à agricultura familiar ocorreu com a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, a qual estabelece a criação do Fundo Garantia-Safra, instituindo o benefício com o mesmo, para agricultores familiares vítimas da estiagem, em regiões específicas (BRASIL, 2002). No entanto, o reconhecimento legal da agricultura familiar, veio com a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, Lei da Agricultura Familiar, que

estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).

É preciso considerar, contudo, que o surgimento de políticas públicas voltadas para este segmento antecede as leis supracitadas, em que se destaca o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com lançamento em 1995, sendo instituído em 1996.

Como destacam Panzutti e Monteiro (2015), o objetivo do PRONAF é facilitar o financiamento de custeio e investimento para agricultores familiares com mão de obra familiar. Oportuniza, desta forma, condições favoráveis à produção, como também, acesso à tecnologia, aquisição de equipamentos, insumos etc., permitindo, também, que novos elementos possam ser inseridos, desde que voltados para a melhoria das condições deste segmento para a produção.

Entre as linhas de crédito do programa, foi criado o PRONAF B, voltado para o pequeno agricultor familiar, com valores máximos de empréstimos estabelecidos, e condições favoráveis de juros e bônus de adimplência. Apesar dos benefícios, os problemas de inadimplência e má destinação dos recursos, como exemplo o pagamento de despesas de consumo, levaram à criação do Agroamigo, em 2005, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o objetivo de financiar atividades do meio rural, buscando atender aos agricultores familiares enquadrados no PRONAF, com exceção dos grupos A e A/C (Guedes; Almeida; Siqueira, 2021).

PROBLEMÁTICA

A região Nordeste se destacou como uma das principais beneficiárias do PRONAF. No período compreendido entre 2017 e 2022, o programa distribuiu em torno de R\$ 23,9 bilhões em crédito para a região. Desse total, R\$5,4 bilhões foram destinados à linha de custeio e R\$ 18,5 bilhões à linha de investimento. Ao longo desse período, foram realizados 392 mil contratos através do PRONAF custeio e 4 milhões através do PRONAF investimento. Esses números demonstram a significativa representatividade do Nordeste em relação ao total de contratos realizados com o PRONAF em todo o país (Bacen, 2022).

Dados do último Censo Agropecuário do IBGE, em 2017, divulgados em 2019, mostram que no Brasil, 76,8% estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar. No Nordeste, este percentual é de 79,2% e, no Ceará, 75%. A atividade econômica que se sobressai na agricultura familiar, é a pecuária e criação de outros animais, as quais

exploram 2,17 milhões de hectares, destacando-se a produção de galináceos, seguido pelos rebanhos bovinos, e o rebanho formado pela ovinocaprinocultura. Em seguida, aparece a lavoura temporária, em que o milho e o feijão fradinho em grão mais se destacam.

Ainda sobre dados importantes, o boletim do IPEA de 2020 divulgou que no Nordeste brasileiro, a agricultura familiar continua sendo a principal forma de produção e trabalho no campo no final da segunda década do século XXI, o que representa 47,2% do total nacional. Em 2017, existiam 2.322.719 estabelecimentos rurais no Nordeste, sendo 1.838.846 (79,2%) agricultores familiares. Em relação ao pessoal ocupado, as unidades familiares absorvem a mão de obra de mais de 4,7 milhões de pessoas (73,8% do total regional).

Beltrame e Pereira (2017), analisam que o agricultor familiar acabou adquirindo com a criação do PRONAF, algumas facilidades, o que faz com que cada vez mais busquem inovações e maneiras para garantir a sustentabilidade e uma maior geração de renda. Mesmo assim, ainda existem muitos agricultores familiares que ainda vivem às margens da tecnologia e da produção em escala.

Foi necessário que esses agricultores familiares buscassem fontes mais seguras de renda, como o cultivo de hortaliças, de frutas e verduras, além de investir nas feiras da cidade, criando diversas alternativas de sobrevivência, como o artesanato, o cultivo de flores e a produção de alimentos. E é neste contexto que o PRONAF se destaca e adquire grande importância para a população agrícola familiar (Beltrame; Pereira, 2017).

Por outro lado, como aponta Guadagnin (2012), uma parcela considerável de trabalhadores rurais tem apenas o ensino fundamental ou nem isso, além de ser desprovida dos conhecimentos técnicos para a manutenção contábil dos negócios familiares, o que pode gerar desorganização por parte desse segmento cuja importância econômica e social é substancial, como também dificuldades de acesso e de uso adequado aos recursos provindos do Agroamigo, decorrente do PRONAF b.

Diante disso, é fundamental conhecer a percepção dos agricultores familiares de forma que se traz como questão norteadora: Quais são os impactos do PRONAF, na percepção dos produtores rurais da agricultura familiar da comunidade São José, no Distrito Gadelha, no município de Iguatu-CE?

OBJETIVOS

Geral

Avaliar os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na percepção dos produtores rurais de uma comunidade do município de Iguatu-CE.

Específicos

- Identificar na literatura as principais causas e principais impactos das políticas públicas de incentivo e fomento à agricultura familiar.
- Averiguar se os agricultores familiares estão enquadrados em algum grupo/linha do PRONAF e se já utilizaram algum crédito oriundo do Programa.
- Verificar os impactos sociais e econômicos gerados pelo PRONAF nas práticas dos produtores da comunidade estudada.

JUSTIFICATIVA

O Censo Agropecuário do IBGE, em 2017 (IBGE, 2019), traz que a principal finalidade de milhares de produtores agropecuários familiares, no Brasil, é o comércio. Mostra também, que 70% dos estabelecimentos de agricultores familiares da região Nordeste também possuem como finalidade principal a comercialização de seus produtos.

Sobre dados de algumas realidades específicas, no estudo de Barbosa *et al* (2020), cujo objetivo foi realizar uma análise socioeconômica e ambiental em um grupo de agricultores familiares residentes em um assentamento rural no estado do Piauí, os resultados mostram que 65% dos entrevistados afirmaram ter renda menor do que um salário-mínimo e 31,7% sobrevivem com renda de um salário-mínimo.

Tem-se ainda o estudo de Amorim, Sousa e Lima Jr., (2018), feito com 61 agricultores familiares do município de Iguatu-CE, em que 32,79% dos entrevistados, afirmaram ter uma renda familiar total que não chega a um salário-mínimo. O que os autores apontam como uma causa da grande defasagem entre pequenas e grandes propriedades, sobretudo, no que se refere à eficiência do trabalho na produção, diminuindo a possibilidade de inserção em cadeias produtivas do Agronegócio.

Conforme os dados acima, a agricultura familiar é de grande importância para a economia do país, como também indispensável a segurança alimentar. Na região Nordeste é a principal forma de produção e trabalho.

A escolha vem motivada pela minha proximidade com o tema, em virtude da atuação em uma instituição federal, atuando no Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção, e por ter interesse pelo trabalho desenvolvido por agricultores familiares, em reconhecimento à relevância profissional da temática. O interesse pelo município de Iguatu-CE vem exatamente do conhecimento dessa realidade, por ser o município onde nasci e me desenvolvi, em âmbito rural similar ao local da pesquisa.

O lócus da pesquisa, Sítio São José, no Distrito Gadelha, em Iguatu-CE, também tem sua escolha relacionada ao meu trabalho. Nas atividades de extensão, houve o desenvolvimento de algumas ações com a Cáritas Diocesana do município, ocasião em que uma das componentes ao saber o tema que seria desenvolvido na Dissertação, fez a indicação dessa comunidade, repassando-me algumas informações sobre o trabalho desses agricultores, o que despertou minha curiosidade em conhecer e desenvolver lá a pesquisa.

O estudo tem relevância social, pela possibilidade de saber se o PRONAF é percebido pelos produtores como um meio de fortalecimento de sua atividade. Além disso, não se pode ignorar que o impacto das ações do Programa terá reflexo, também, na sociedade, dada a importância que a agricultura familiar tem para todos. Tem ainda, relevância econômica, por considerar a importância da agricultura familiar e seu crescimento no Brasil, entendendo como as ações estão sendo implementadas para o fomento dessa atividade, o que implica em benefícios para os produtores rurais que fazem parte da pesquisa.

A sua relevância para o Mestrado em Administração está vinculada às concepções presentes nesta área, principalmente em relação ao empreendedorismo, a aplicação e gestão de recursos, o planejamento, a reflexão sobre o nível de capital social na agricultura familiar que tem relação direta com o desenvolvimento local e que também é um vetor da relação coletiva. Entende-se a escolha desse tema como uma forma de mostrar também o quanto áreas de conhecimentos são interligadas.

A relevância acadêmica sempre vem relacionada a novas fontes ou fortalecimento de conhecimentos, quando a pesquisa permite observar a realidade de agricultores familiares que não têm o suporte necessário. Como exemplo, destacam-se comunidades na qual não existem associações ou se existem, há uma ausência de uma atuação

concreta de suas diretorias e também dos associados; existe uma deficiência na aplicação de políticas públicas; e se faz necessário uma avaliação sobre a gestão de recursos do microcrédito do PRONAF para agricultores familiares. Enfim, é um tema cujo desdobramento está relacionado à percepção dos agricultores, mas, principalmente, à realidade que se pode encontrar na comunidade São José, no Distrito Gadelha, no município de Iguatu-CE.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação apresentou inicialmente a contextualização e problematização do tema, os objetivos, justificativa e essa descrição do estudo. Traz-se o referencial teórico, em que se tem tópicos que contribuem para o entendimento do tema, como:

- Agricultura: relevância no cenário econômico;
- Agricultura Familiar: contextualização;
- Aplicação dos programas e políticas públicas;
- Teoria de Polanyi – por uma nova Sociologia Econômica;
- Evidências empíricas anteriores.

Apresenta-se a seguir a metodologia da pesquisa, com a descrição do tipo, amostra, procedimentos, instrumento e seus aspectos éticos e legais. Em seguida, apresenta-se os resultados, com o perfil pessoal, econômico e agrícola dos participantes e a percepção que têm sobre os impactos do PRONAF. Além das considerações finais, traz-se ainda as referências e apêndices da pesquisa.

CAPÍTULO 2

REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta-se nesta seção, o aporte teórico da pesquisa, abordando inicialmente a relevância da agricultura no cenário econômico. Em seguida tem-se a contextualização da agricultura familiar, abordando seu marco sócio-histórico, reconhecimento e principais características.

Em seguida, tem-se a aplicação de programas e políticas públicas para a agricultura familiar, em que se destaca a criação e importância do PRONAF. Aborda-se ainda sobre a teoria de Polanyi, que faz parte da sociologia econômica e na discussão faz-se sua relação com a agricultura família.

O capítulo é encerrado com as evidências empíricas anteriores, cujo tópico é constituído por estudos de casos trazendo situações concretas em relação à realidade de agricultores familiares em diferentes contextos.

AGRICULTURA: RELEVÂNCIA NO CENÁRIO ECONÔMICO

Compreendida como atividade produtiva essencial para a vida humana, a agricultura reúne técnicas que são usadas no solo, visando o manejo e o cultivo de vegetais para a alimentação como também, produção de matérias primas dentre outras tantas produções que não seriam possíveis sem a sua existência. A produção agrícola, segundo Silva (2014), depende de três fatores: físico (solo e clima); humano (mão-de-obra); econômico (valor de terra e nível de tecnologias aplicada à produção), ou seja, os três fatores econômicos de produção: terra; capital; e trabalho.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, dá-se início àquelas que são consideradas as principais transformações ocorridas na agricultura mundial iniciando com a Revolução Verde, que consistiu em um conjunto de medidas e avanços de técnicas voltados para melhorias genéticas nas plantas e na evolução dos maquinários de produção agrícola para ampliar, sobretudo, a produção de alimentos. Contudo, é preciso destacar o que fora essa revolução verde, de fato:

A Revolução Verde com seus pacotes tecnológicos trouxe para o meio rural a monocultura, artificializando ecossistemas que não se sustentam sem a intervenção

humana. Os benefícios desta moderna forma de cultivo eram imediatos, a produtividade subia à medida que se gastava mais com fertilizantes químicos, as pragas eram rapidamente debeladas com os agrotóxicos de última geração, as máquinas faziam o trabalho que antes eram de dezenas de trabalhadores rurais. A vida no campo parecia que iria tomar o rumo das indústrias dos grandes centros urbanos, os alimentos seriam produzidos como se fossem artefatos industrializados, seriam baratos e toda a população teria acesso a eles. A fome no mundo era um problema ultrapassado diziam os defensores deste modelo de agricultura (Lavor, 2009, p. 10).

A denominada agricultura da Revolução Verde, que na verdade era um sistema de agricultura industrializada com insumos e grande investimento capital, que era introduzida nos países de primeiro mundo, trouxe como resultado o abandono ao agricultor familiar com seu cultivo no modelo tradicional, gerando o declínio dessas produções e crise alimentar sem precedentes para aqueles que não eram alvos desses investimentos.

Entre os resultados desta modernização agrícola, tem-se o aumento da concentração fundiária, o crescimento da utilização de mão-de-obra temporária e o aumento relativamente lento do pessoal ocupado no setor. (Gremaud; Vasconcelos; Toneto, 2009).

Esse período também é lembrado pelo elevado grau de insustentabilidade social e ambiental, surgindo os primeiros movimentos ambientalistas, mantendo por várias décadas o conflito: preservacionistas x desenvolvimentistas. Todas as consequências da modernização agrícola são observadas no âmbito ambiental e social, trazendo problemas de difícil solução em longo prazo.

Ao contrário, contudo, do que se deveria esperar da modernização e do emprego de mão-de-obra agrícola, ela não foi capaz de se desenvolver sem comprometer extensas faixas contínuas do território; sem devastar inúmeros recursos naturais, com a utilização intensiva da terra e larga utilização dos insumos agrícolas industriais; sem provocar sérios conflitos fundiários; sem estimular a grande concentração de terra e de riquezas; e, principalmente, sem impedir que aumentasse o já grave êxodo rural e o grande avanço populacional dos mais diversos pontos do território nacional em direção aos centros urbanos industrializados. (Zuquim, 2007, p. 102).

Seu início, de forma mais precisa, ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos, sendo visto, segundo Querubini e Zibetti (2019), como um movimento que preconizou um modelo de exploração da terra baseado na implementação de novas técnicas e tecnologias na agricultura, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola. Trazia uma abordagem para superar a conhecida Teoria Malthusiana, que defendia que a

produção agrícola crescia em progressão aritmética, enquanto o crescimento populacional seguia uma progressão geométrica.

Tem-se ainda transformações que ocorreram mais recentemente, implementadas a partir da década de 1990, impulsionadas pelo fenômeno da globalização econômica e ainda a formação de grandes empresas, tanto no setor agroindustrial como no setor varejista, responsáveis pelo controle do mercado mundial. São transformações que vêm sendo estimuladas pelo aumento da produção, a competitividade das agroindústrias como também a produção de biocombustíveis (Nunes, 2007).

De acordo ainda com Nunes (2007) sobre esse período que se iniciou nos anos 90, em virtude de uma maior concentração do setor exportador sob o controle de um pequeno número de grandes agroindústrias inseridas no mercado mundial, fez com que houvesse uma forte interferência dessas empresas nas estratégias de desenvolvimento da agricultura brasileira. Essas companhias são detentoras de uma grande capacidade de investimento e têm poder para definir os preços dos produtos agrícolas, pois os estoques públicos foram reduzidos e houve um aumento dos estoques privados, além do controle dessas empresas, no mercado interno e externo.

O papel predominante e fundamental da agricultura para o desenvolvimento da humanidade, em geral, e do Brasil, em particular, é corroborado por vários autores, entre eles, Brum e Müller (2008), destacando que foram exatamente as revoluções agrícolas que tornaram possível as mudanças nesse processo de desenvolvimento, inserido o setor no contexto econômico global.

Existem dois modelos de produção agrícola que predominam no Brasil, a patronal e a agricultura familiar. Considera-se agricultura patronal aquela com produção em grande escala, que utiliza alta tecnologia, produz com mão de obra contratada e as práticas produtivas são padronizadas, visando vendas cada vez mais elevadas que também elevam os lucros.

Na agricultura familiar a mão de obra geralmente é composta por membros da família, podendo até haver contratação de mão de obra complementar em períodos de colheita, mas, de uma forma geral, cabe aos membros da família a organização do processo produtivo (Nazzari; Bertolini; Brandalise, 2007).

AGRICULTURA FAMILIAR: contextualização

Ao se buscar pontuar um marco histórico, além do oficial, para o nascimento da agricultura familiar no Brasil, este ocorre a partir da adoção do modelo de colonização dos imigrantes europeus, em que o agricultores se organizaram para se inserirem de forma economicamente ativa na sociedade, como esclarece Brito (2007), que explica ainda que como esses objetivos foram atingidos:

A partir de estratégias criadas pelos próprios agricultores, que encontraram alternativas econômicas articuladas em dois níveis: o autoconsumo e a integração ao mercado. Estes agricultores alcançaram uma atividade de mercado através de alternativas econômicas que lhes dessem possibilidades de integração positiva no mercado local e regional (Brito, 2007, p. 144).

Já foi citada no início deste estudo, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, marco para o reconhecimento legal da agricultura familiar, em que se estabelece também, em seu art. 3, conceitos e critérios para a legitimidade do termo agricultor familiar para o empreendedor rural, a saber:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (Brasil, 2006).

Abaixo, faz-se uma análise em torno da viabilidade e da eficiência da agricultura familiar no contexto da globalização e de intensa competitividade:

a questão chave circunscreve-se à escala técnica na agricultura, pois existe uma noção equivocada de que o progresso técnico na agricultura evolui de forma semelhante àquele na indústria, e que escala e eficiência estão diretamente conectadas, o que acaba por permitir a legitimação de estratégias de modernização baseadas na grande produção em detrimento de uma [produção] supostamente não competitiva na agricultura familiar (Guanziroli et al, 2001, p. 18).

Complementa-se que, com base em estudos diversos, que “assinalaram inúmeros autores, de modo geral a unidade técnica de base da produção agrícola permaneceu, apesar da modernização, ao alcance das unidades familiares” (Guanziroli et al, 2001, p. 21).

El-Deir (2013) afirma que o processo de transformação das comunidades rurais do Semiárido, pode se dar por meio de atividades extensionistas e pela estruturação de projetos coletivos, cuja responsabilidade seja compartilhada por todos.

Leite (2006), sobre os motivos do baixo desempenho agrícola cearense, quando se trata de capacidade competitiva, lista ainda a baixa produtividade da terra e do trabalho, instabilidade do processo produtivo por conta de secas frequentes, lacunas na capacitação de produtores agrícolas, enfim, ineficiência na efetividade das políticas públicas.

Contudo, é importante também, levar em conta um ponto importante abordado por Duarte (2010), quando explica que o problema não é, por exemplo, a falta de tecnologia de ponta, uma vez que o Ceará tem em diversas produções agrícolas. O problema real é que esses recursos, como muitos outros que podem ser gerados em forma de políticas públicas consistentes, não se estendem de forma suficiente, à maior parte do tecido produtivo.

O que se verifica então, desta análise feita pelo autor supracitado, é que práticas e conhecimento no setor agrícola não são exatamente uma carência do Estado do Ceará, ou seja, não se está aquém de outras regiões, no entanto, não se oportuniza, por exemplo, a agricultores familiares, aqueles que enfrentam todos os problemas listados antes, as mesmas possibilidades de desenvolvimento. Falta então, uma distribuição equitativa de políticas que atinjam todo o tecido produtivo agrícola, não somente grandes produtores.

Para Khan; Matos e Lima (2009), não há dúvidas quanto à importância do nível tecnológico como determinante para a competitividade dos agricultores familiar o que indica que as inovações tecnológicas se tornaram fundamentais aos ganhos de lucratividade e competitividade desse setor. Assim, para os autores, é imprescindível dar atenção especial ao fornecimento de assistência técnica, acesso a crédito, capacitação e treinamento dos apicultores e seus empregados.

A produtividade está atrelada à adoção de inovações tecnológicas, torna-se relevante o conhecimento do perfil tecnológico dos agricultores familiares e dos fatores que influenciam sua decisão de adotar ou não uma determinada tecnologia para torná-los mais competitivos (Khan; Matos, Lima, 2009, p. 653).

Os mesmos autores colocam como maior contribuição do nível tecnológico, a tecnologia de colheita e a menor, da tecnologia de gestão. Os condicionantes apresentados pelos autores, em seu estudo, foram o grau de instrução, o objetivo com a atividade e o acesso à assistência técnica e ao crédito.

Para o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, um maior fortalecimento e valorização da agricultura familiar, condiciona-se a toda uma série de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, que precisam ser implementados na produção das pequenas propriedades rurais, transformando-os em produtores agrícolas inseridos no agronegócio, de forma que possam adquirir capacidade de geração de renda acima da linha da pobreza.

Desta forma, destaque-se que toda e qualquer política relacionada à agricultura familiar, deve visar o aumento de “possibilidades”, como infraestrutura de qualidade, assistência técnica, crédito, dentre outras, para que esses possam atingir o seu “modelo ideal de funcionamento” (Gualda, 2007).

Em relação aos recursos de investimento, entre os anos de 1997 e 2017, o PRONAF realizou operações que atingiram o valor de 200 bilhões de reais, sendo os recursos aplicados em torno de 28,5 milhões de contratos e a inadimplência atingindo em torno de 1% (Brasil, 2017).

APLICAÇÃO DOS PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando se pensa em aplicação das políticas públicas, sabe-se que esta se estende a áreas diversas, dada a abrangência das mesmas. Conforme se pode encontrar em Souza (2006, p. 25) “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Além disso, remonta de longe, o estabelecimento de uma análise integrada da economia com as políticas públicas, como destaca Braide (2014, p. 29):

Constitui o eixo analítico das grandes vertentes da moderna sociologia histórica e dos estudos do desenvolvimento econômico, de Marx a Weber, a Durkheim e a Polanyi. No campo da teoria econômica, ela pode ser identificada nos postulados do pensamento neoclássico, que relaciona a política social a seus efeitos redistributivos e de inversão em capital humano. Seguramente sua formulação mais sofisticada encontra-se no pensamento keynesiano, que captou com precisão o efeito virtuoso com que o econômico e o social se inscrevem na dinâmica do crescimento econômico e desenvolvimento social, visível no capitalismo regulado do pós-guerra.

São teóricos diversos, com correntes distintas, no entanto, como complementa Braide (2014), nenhuma deles esteve alheia à relação entre políticas sociais e desenvolvimento econômico.

Tem-se ainda Castro (2012, p. 1016) que trata da possibilidade que seja estabelecida essa conexão, explicando por exemplo, que a conexão ocorre “quando o gasto autônomo com as políticas sociais se torna elemento importante a ser considerado para o ritmo de expansão da atividade econômica, o que vai depender muito de sua dimensão e forma de distribuição”.

Levando-se em conta o aspecto econômico em escala regional, de acordo com Figueiredo (2009), as Políticas Públicas transformam-se em Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional, visando o desenvolvimento de ações de equidade inter-regional, em que se leva em conta a região “como um território com escala e massa crítica de recursos suscetíveis, concebidas e implementadas a partir de um quadro estratégico de prospecção com base em um determinado território, com níveis desiguais de participação dos atores regionais e locais” (p. 54).

Desde que a sociedade, isso considerando a história da humanidade, saiu de um modo de produção de subsistência para uma produção de excedentes em grande escala, ampliaram-se as desigualdades sociais, e mantiveram continuidade até os dias atuais, nas sociedades contemporâneas, sejam essas ocidentais, orientais, capitalistas ou socialistas. Essas desigualdades são diferenciadas apenas pelo grau, alto, médio ou baixo e pela rigidez, que diz respeito à maior ou menor possibilidade de mudanças entre as classes ou grupos segregados dentro da sociedade. Essas desigualdades aparecem como consequências dos arranjos socialmente construídos e geram a exclusão ou a inclusão de certos grupos na estrutura social (Ribeiro, 2009).

Em consequência do avanço das forças produtivas, já no século XX, a década de 30 foi marcada pela passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o que ocasionou “o processo de intensificação da industrialização no país, e

consequentemente a formação da classe operária, deflagrando a contradição capital x trabalho, como questão política” (Romano, 2009, p. 21).

De acordo com Romano (2009), a partir da década de 1960, o sistema capitalista sofre transformações no que tange ao seu desenvolvimento, passando por crises e abalos que o levou a adentrar em um novo período de recessão, indo de encontro ao processo de acumulação e expansão que vivenciou nos pós II Guerra Mundial. Com o exaurimento da longa onda expansiva gerou-se questionamentos do sistema, oriundos de movimentos nacionais e internacionais.

Uma questão relevante é que se deve ressaltar que o tema da desigualdade traz impactos que vão além da dinâmica econômica. Vários autores apontam que os níveis de desigualdade de renda em uma sociedade, influenciam e são influenciados por várias dimensões, geralmente relacionadas às políticas públicas (Medeiros; Souza; Castro, 2015).

Há aqueles que relacionam a desigualdade aos níveis da educação, saúde, nutrição, mortalidade, violência e outras tantas características da sociedade, determinando e sendo determinada por elas. Como explicam Medeiros e Souza (2013), ainda tem o fato de que a concentração ou não de renda estabelece a forma como funciona um sistema tributário, principal fonte de recursos para basicamente, todas as políticas públicas.

Observa-se que o reconhecimento da agricultura familiar veio tardiamente, somente a partir da década de 1990, quando floresciam as políticas públicas ao seu favor. De acordo com Castelões (2002), com a miséria, violência e insegurança aumentando nos grandes centros urbanos, acabou havendo um suporte maior da sociedade urbana às políticas voltadas para a valorização do meio rural, também impulsionadas pela promoção de medidas que conseguissem manter a população no campo. Foi neste contexto que nasceu o PRONAF, em 1995, quando trabalhadores rurais reivindicavam uma política específica e diferenciada em prol da agricultura familiar.

A partir de então, torna-se a principal política agrícola para este setor, levando-se em conta número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados. Pode-se utilizar, como exemplo, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, com recursos disponibilizados chegando a R\$ 24,1 bilhões (Grisa, Wesz Jr; Buchweitz, 2014).

A partir do PRONAF, houve a implementação de outras políticas e programas, com o objetivo de integrar ações governamentais voltadas para a agricultura familiar. Entre esses, aparecem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou por uma reestruturação

com a finalidade de atender a compra de alimentos dos agricultores (Gazolla; Schneider, 2013).

Com a Lei 10.420/2002, foi instituída a política pública do Garantia Safra criando o fundo financeiro e regulamentando o benefício, um projeto que faz parte do PRONAF, cujo público-alvo são os agricultores familiares sujeitos a perdas da safra por fenômenos de estiagem ou excesso hídrico.

Para ter direito ao benefício Garantia Safra, a renda mensal dos agricultores familiares não deve exceder a 1,5 salários-mínimos, devem aderir ao Fundo Garantia Safra e estarem inclusos em casos de perdas por estiagem ou excesso hídrico, comprovada na forma do regulamento, de pelo menos 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão (Brasil, 2012).

TEORIA DE POLANYI – POR UMA NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A teoria de Polanyi, que traz o nome de seu autor, Karl Polanyi, um cientista social húngaro, que desenvolveu ideias para uma teoria socioeconômica que defendia uma nova sociologia econômica. Ele considerava que não há como desassociar as relações econômicas das relações sociais, ou seja, em sua concepção, as relações econômicas estão enraizadas nas relações sociais (Plein; Filippi, 2011).

Isso vem destacado quando se observa características da agricultura familiar, principalmente, um aspecto importante para caracterizá-la, que são a fusão de três esferas, a esfera econômica, a esfera territorial e a esfera social. Isso significa que nessas unidades produtivas, as atividades econômicas são intrinsecamente ligadas a valores sociais, identidade cultural e a vínculos comunitários. É a concepção de Polanyi, na premissa que a instalação do mercado não fará com que os elementos sociais desapareçam, é sobre isso o enraizamento.

Para Plein e Filippi (2011), com essa teoria, tem-se, simultaneamente, uma percepção das modificações na “autonomia relativa” dos agricultores à medida que o capitalismo entra na agricultura, e a identificação das alternativas destes mesmos agricultores frente aos novos desafios. Vai se perceber, então, que, se por um lado, as relações capitalistas criam um ambiente extremamente hostil para os agricultores, por outro lado, eles reagem ao processo, construindo alternativas na busca por um certo grau de autonomia.

É sob essa perspectiva que a teoria de Polanyi é um norteador fundamental para o nosso tema, possibilitando o entendimento do comportamento desses produtores, ações, reações de forma a tentar manter o equilíbrio necessário para que o enraizamento entre relações econômicas e relações sociais funcione de fato.

Observe-se por exemplo, como Munton e Marsden (1991), sugerem uma percepção dessas unidades familiares sob a perspectiva não só da economia e de uma percepção produtiva, mas, sob o estudo das relações sociais que se engendram pela dinâmica do processo de trabalho. Trata-se de uma análise das relações sociais internas às propriedades e ao processo produtivo:

Precisamos enfatizar a contínua transformação da agricultura familiar, e não sua estagnação como uma forma de produção. O esforço de investigação precisa se deter sobre as oportunidades e as limitações com as quais a unidade familiar se vê confrontada e sobre as concessões que as famílias de agricultores constantemente se veem forçadas a fazer em resposta às pressões internas e externas de mudança. As análises podem, então, incorporar as relações internas à unidade produtiva, principalmente no que se refere às questões geracionais e de gênero, bem como as relações estabelecidas entre a unidade produtiva e o capital externo. É este conjunto complexo de interações, desenvolvido em condições locais e históricas específicas, que deve servir de base para o estudo da natureza e da dinâmica da agricultura familiar (p. 109).

Partem da ideia de que as unidades familiares são impelidas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade devido ao ingresso em um ambiente competitivo, o que impede que sobrevivam apenas e exclusivamente dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas (Munton; Marsden, 1991). Isso aponta para o quanto a agricultura familiar se reinventa, buscando sempre sua permanência ativa, apesar das dificuldades.

Caporal e Costabeber (2001), defendem o enfrentamento da agricultura como uma construção social, e sob esta percepção, as famílias rurais passam a assumir o papel de sujeito ativo no desenvolvimento de todos os processos socioeconômico e culturais das suas comunidades, tornando a agricultura familiar, uma atividade autossustentável, na qual todos que fazem parte dela, tornam-se capazes de realizar um trabalho qualificado para que tenham qualidade em sua produção.

Também no estudo de Donato Júnior *et al* (2017), realizado em três comunidades rurais de um município baiano, com uma participação média de 14 agricultores por comunidade, foi constatado que os participantes apresentam um nível de escolaridade considerado baixo, sendo que 62% cursaram apenas o ensino fundamental I. Para os autores, pode-se atribuir esses resultados à dificuldade financeira de viver em áreas rurais

em décadas passadas, sendo comum, jovens abandonarem a escola para trabalharem na lavoura e ajudarem no sustento da família.

Em uma pesquisa feita por Rodrigues *et al* (2020), com 12 produtores rurais, em uma comunidade rural de um município no Pará, 80% dos agricultores entrevistados têm o ensino fundamental, e 20% são analfabetos. Entretanto, é colocado no estudo, que a comunidade que foi campo da pesquisa, passou por um avanço significativo, depois de inúmeras dificuldades encontradas, sendo, portanto, parte desses avanços, o fato de muitos de seus membros terem conseguido concluir o ensino fundamental.

Muitos agricultores, para estudarem, precisavam deslocar-se até uma agrovila, a 7km de suas moradias, onde havia um transporte alternativo para levá-los até a escola. Muitas pessoas da comunidade optavam por estudar através de aulas de uma estação de rádio não vinculada ao governo, a Rádio Educadora de Comunicação (Rodrigues *et al*, 2020).

Mesmo diante desses fatores, a agricultura familiar vem se mantendo e tendo sua importância reconhecida para a economia do país. E os desafios foram acompanhando essa modalidade de produção agrícola, ao longo do tempo.

Tem-se a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira, na década de 1960, que se deu a partir das transformações de sua base técnica (principalmente com o uso de maquinaria, de fertilizantes, de agrotóxicos e da genética), visando ao crescimento da produtividade e da produção de alimentos (Vargas, 2010).

Era um processo que, ao mesmo tempo em que influenciava o crescimento econômico, trazia como consequência problemas ambientais e sociais, atingindo o agricultor familiar que, em sua maioria, não tem condições de acesso às modernizações para otimizar sua produção. Além disso:

A principal consequência foi a dependência crescente em relação ao mercado cuja dinâmica é determinada pela modernização e tecnificação resultando no aumento do êxodo rural, no aumento do grau de monopólio sobre a propriedade da terra, no desequilíbrio dos ecossistemas, na exploração desenfreada das diferentes categorias de trabalhadores, no desemprego, na marginalização e no desencadeamento da violência urbana e rural (Pedroso, 2009, p.17).

O modelo capitalista trouxe para a agricultura, uma modernização que acabou agravando as condições de inclusão do agricultor familiar no mercado, a prioridade era expandir o setor de alimentos, inviabilizando o investimento em pequenas propriedades, sendo os incentivos direcionados, em sua maior parte, para as grandes agroindústrias.

A exclusão dos agricultores familiares desse processo, acabou sendo prejudicial, porque acaba impondo a dependência em relação aos grandes proprietários, acesso precário aos meios de produção, agravamento da situação de pobreza e consequente aumento de mobilidade social (Martins; Silva; Mendes, 2009).

É daí que se destaca o associativismo, como estratégia necessária para o enfrentamento do sistema capitalista e, em si, excludente como marca que lhe é natural. As bases do trabalho associativista tornam possível, por meio da cooperação e da solidariedade, ações para a redução das desigualdades historicamente inseridas no meio rural, como o acesso a equipamentos, políticas públicas para o desenvolvimento de suas atividades, e inserção ao mercado e tantas outras melhorias econômicas e sociais para esses agricultores familiares (Souza, 2016).

Scherer-Warren (2001), compreende o associativismo como formas organizadas de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas por atores sociais em torno de identificações e propostas comuns, melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias.

De acordo com Demo (2001, p. 30):

O associativismo representa o direito dos direitos, porque é ele que funda a proposta da organização em torno do bem comum, como é a constituição para qualquer país: nela surge a nação, organizada em torno de uma carta de intenções, que definem direitos e deveres de todos. Associar-se significa potencializar a competência humana democrática, realizando a regra da maioria que deveria prevalecer.

O associativismo, na visão de Cardoso (2014), se traduz no universo de alternativas necessárias que tornem viáveis as atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Na realidade, seu foco principal não é a atividade econômica, e sim a defesa dos interesses de um grupo de pessoas que descobriu na união de esforços uma solução mais próspera para determinados problemas.

Com o associativismo, pode-se sentir um ambiente flexível, no qual ocorre a interação de distintos atores, resultando em um produto harmônico no estabelecimento de uma comunidade de interesses. Ocorre, assim, a produção de uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, de interrelações e de cooperação, o que reforça a identidade dos associados e, portanto, a dimensão humana (Sangalli *et al*, 2015).

Para Dalfovo *et al* (2010), o associativismo rural surgiu visando a integração das pessoas, buscando melhorar as condições de vida e os direitos dos cidadãos, propondo soluções para fortalecimento dos projetos, fazendo com que os associados se vejam como sujeitos coletivos ativos.

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS ANTERIORES

São apresentadas a seguir, as principais evidências empíricas que dão suporte à abordagem do tema em questão, descritas quanto ao título, autoria e ano, objetivo, metodologia e principais resultados.

Quadro 01 - Evidências Empíricas Anteriores

AUTOR(ES)/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS RESULTADOS
OLIVEIRA, G.R; ARAÚJO, F.M; QUEIROZ, C.C. (2017)	Traçar o perfil de agricultores familiares de Goiás, identificando as variáveis que influenciam o acesso ao crédito disponibilizado pelo programa, com destaque para a ATER e a sua principal instituição no estado de Goiás, a Agência Goiana Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater).	Análise descritiva das principais variáveis de interesse: informações sobre os agricultores familiares a partir dos sistemas internos da Emater de Goiás; Concentração espacial por meio de mapas temáticos; Análise estatística e análise documental.	A falta de assistência técnica ou baixa qualidade; Falta diversificação territorial na distribuição de recursos. Com o extensionista/técnico da Emater, tem-se a prestação de um importante papel na introdução de tecnologias e, até mesmo, conhecimentos básicos para o agricultor familiar.
BELTRAME, G; PEREIRA, B.A.D. (2017)	Analisar os impactos causados pelo PRONAF na vida econômica e social dos agricultores familiares do município de Ijuí/RS, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades nas propriedades rurais ocasionadas pelo programa.	Pesquisa exploratória de natureza qualitativa, com utilização de método de estudo de caso, com a participação de 15 agricultores familiares do município de Ijuí/RS	O PRONAF gera ótimos benefícios ao agricultor familiar, mas, sozinho, não gera maiores impactos na vida socioeconômica dos agricultores familiares, pois a agricultura familiar ainda está à margem do mercado e precisa constantemente buscar alternativas para garantir a sua sustentabilidade;
FOSSÁ, J.L; CORRELATTO, D; MATTEI, L.F (2018)	Analisar a percepção de agricultores familiares em relação ao PRONAF, em especial sobre os alcances e os desafios relacionados às atividades agrícolas desenvolvidas e ao crédito acessado.	Abordagem qualitativa, caracterizado como estudo de caso descritivo de um grupo de agricultores familiares, com a entrevista como	Os agricultores apontam destaques afirmativos, sobre a importância do PRONAF como política pública de crédito, diretamente para a propriedade e para sua família. No entanto, citam,

		instrumento de coleta de dados	também, risco de endividamento e o processo burocrático de acesso a esses recursos.
LIMA, F.A.X. (2018)	Compreender as dificuldades e potencialidades das estratégias e experiências dos agricultores familiares do assentamento, verificando, ainda, as mudanças ocorridas nas unidades de produção agropecuária (UPAs) dos agricultores envolvidos.	Pesquisa qualitativa, com um caso específico de um grupo de agricultores do assentamento Chico Mendes III, que participaram de um processo de transição agroecológica iniciado no final dos anos 2000, com observação direta e aplicação de entrevista.	As mudanças ocorridas nas UPAs dos agricultores familiares do assentamento Chico Mendes III estão relacionadas com a melhoria dos hábitos alimentares, aumento e diversificação da produção, valorização e melhor aproveitamento dos recursos naturais e a possibilidade de inserção dos seus produtos em novos canais de comercialização.
SCHIMITH, C. D.; ALVES, J. V. R.; FONSECA, R. C (2018)	Analisar o panorama das associações de agricultura familiar nos municípios de Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém e Santa Izabel a fim de identificar demandas e propor ações socioprodutivas voltadas à gestão e contabilidade, promovendo o desenvolvimento do Empreendedorismo Social na região amazônica.	Estudo qualitativo, exploratório, participante, em 05 associações de agricultura familiar da região amazônica	Os agricultores se mostraram mais participativos, com mais responsabilidade do orçamento financeiro familiar, maior interesse em desenvolver ações empreendedoras junto as associações e estas se qualificaram para obter acesso as chamadas públicas, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável local.
RODRIGUES, A.S. et al (2020)	Avaliar o impacto deste projeto sobre a sustentabilidade agrícola da produção de milho híbrido dos agricultores familiares na microrregião cearense do Cariri.	Dados de origem primária, obtidos mediante 210 questionários semiestruturados, sendo 90 para produtores beneficiários e 120 para não beneficiários do programa. Aplicação da técnica de <i>Propensity Score Matching</i> com balanceamento por entropia.	Os beneficiários apresentaram superioridade estatisticamente significativa nos índices das dimensões econômica e tecnológica, porém os dois grupos de agricultores apresentaram estimativas não estatisticamente significantes para a dimensão ambiental.

<p>CALCANHOTO, R <i>et al</i> (2020).</p>	<p>Avaliar a segurança alimentar de famílias de um assentamento rural, segundo a percepção das mulheres devido aos papéis de gêneros estabelecidos socialmente, que relacionam a elas o dever de cuidar da família.</p>	<p>pesquisa com abordagem quali-quantitativa que utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e entrevista com quatro questões norteadoras</p>	<p>O processo de reforma agrária é uma conquista para o acesso a uma alimentação saudável. Entretanto, a falta de políticas públicas de financiamento reduz a capacidade produtiva das terras para as famílias assentadas. Este fato, faz com que não haja excedente de produção, limita o potencial de comercialização e de ter uma renda agregada à produção</p>
<p>VALE; WEIHS; GERVAZIO (2020)</p>	<p>Compreender algumas das vulnerabilidades da agricultura familiar e as ameaças geradas pelo avanço das lavouras de soja em direção ao assentamento</p>	<p>Estudo de caso com 36 agricultores</p>	<p>As famílias de assentados necessitam de incentivo para diversificar a produção e, em conjunto com a vizinhança e o setor público, criar alternativas de comercialização, agregar valor aos seus produtos.</p>
<p>GABRIELLI, J.R. M <i>et al</i> (2023).</p>	<p>Avaliar a sustentabilidade de propriedades rurais em municípios de Minas Gerais por meio da aplicação do método ISA</p>	<p>Análise descritiva, análise multivariada mediante técnicas de interdependência e análise inferencial por meio de testes estatísticos não paramétricos.</p>	<p>O ISA é uma ferramenta adequada para avaliar a sustentabilidade de propriedades rurais, sugerir melhorias e ainda identificar trade-offs em termos de sustentabilidade, entre os aspectos socioeconômicos e ambientais.</p>
<p>SILVA, R.M.A; NUNES, E.M. (2023)</p>	<p>identificar tendências da cooperação agrícola nas atividades produtivas e reprodutivas desse segmento.</p>	<p>Estudo exploratório com abordagem quantitativa e qualitativa, tendo por base as informações sistematizadas dos estabelecimentos agropecuários cadastrados no Censo Agropecuário de 2017.</p>	<p>As políticas públicas de desenvolvimento rural que visem a expansão do potencial da agricultura familiar devem dispor de mecanismos e recursos para incentivar e fortalecer as diversas formas de organização coletiva desse segmento</p>

Fonte: Elaboração do autor (2024)

Para os estudos selecionados a partir de buscas em plataforma de Periódicos Capes e Scielo, foi escolhido o período de indexação a partir de 2017, em que inicialmente tem-se o estudo de Oliveira, Araújo e Queiroz (2017), que abordou sobre agricultores familiares de Goiás, em relação a crédito rural e assistência técnica. Foi mostrado que a ausência de unidades locais e o baixo número de técnicos para dar orientação foram fatores que impactaram negativamente a geração de renda através do PRONAF. Os autores viram também, a necessidade de que haja maior diversificação territorial na distribuição de recursos.

O estudo de Beltrame e Pereira (2017), também abordou sobre recursos do PRONAF, mostrando que supre as necessidades dos agricultores e é o único programa que chega até os agricultores familiares do município de Ijuí/RS, o que torna tudo ainda mais difícil. Eles utilizam como principal linha de crédito, o PRONAF Custeio Agricultores Familiares, na linha de custeio. Na linha de investimento são o PRONAF Investimento Agricultores Familiares, PRONAF Investimento Grupo B e PRONAF Mais Alimentos.

Apesar de reconhecerem as facilidades de crédito por meio do programa, não é suficiente, porque como eles declaram no estudo, a agricultura familiar ainda está à margem do mercado e precisa trabalhar bastante para garantir o seu sustento.

Já no estudo de Fossá, Cormelatto e Mattei (2018), agricultores familiares de municípios do Oeste catarinense, apesar de considerar alguns fatores como risco de endividamento, consideram que o PRONAF é importante e efetivo para suas vidas, reconhecendo a sua potência em contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do segmento rural familiar.

No estudo de Lima (2018), realizado no assentamento Chico Mendes III fica em São Lourenço da Mata, município de Pernambuco, que passou por um processo de transição agroecológica, motivado pela necessidade de cuidados com a saúde, apesar de ser uma decisão que trouxe impactos positivos, resultou também, em algumas dificuldades para os agricultores, como a falta de estrutura e serviços básicos para as suas famílias, a ausência de serviços de Ater e acesso ao crédito, os conflitos e falta de organização do grupo, a escassez de mão de obra familiar, problemas com pragas e doenças e entraves relacionados ao transporte, para o escoamento da produção.

No estudo de Schimith, Alves e Fonseca (2018), destaca-se que a agricultura familiar atua no âmbito da problemática da pobreza e a exclusão social, o emprego e a inserção socioprofissional e o desenvolvimento local e sustentável, em que se pode constatar o papel fundamental na superação da pobreza, na geração de emprego e no

desenvolvimento rural sustentável. Em uma análise macro, colocam a agricultura familiar, em um quadro geral como importante meio de superação da pobreza.

Entre os programas voltados para agricultores, tem o Hora de Plantar, um projeto de distribuição subsidiada de sementes geneticamente selecionadas, e no estudo de Rodrigues *et al* (2020), é abordado sobre seu impacto na vida de agricultores familiares da Microrregião do Cariri, com a produção de milho híbrido.

Em relação à renda, o programa gerou um impacto econômico positivo, por outro lado, os agricultores tendem à não adoção de técnicas ambientalmente menos impactantes, um baixo nível tecnológico, com níveis de produtividade muito baixos para a maioria dos produtores, principalmente para os não beneficiários do programa com reflexo na renda da atividade.

O estudo de Calcanhoto *et al* (2020), foi sobre segurança alimentar em um assentamento rural tendo como participantes da pesquisa, 22 mulheres entre 25 e 70 anos, e a maioria considera que morar no assentamento contribuiu para a melhora da vida da família, principalmente, porque não necessitam pagar aluguel e água, e o dinheiro poder ser revertido na compra de alimentos e destacam a qualidade dos produtos consumidos no assentamento, plantados sem o uso de “venenos, ou seja, sem agrotóxicos.

No entanto, as mulheres citam também, sobre as dificuldades de conseguir financiamentos e recursos para investir na agricultura familiar e temem o risco de não suprir as necessidades alimentares diárias de suas famílias, seja por não poder cultivar a terra por falta de água ou por não dispor de recursos financeiros para adquirir.

Vale, Weihs e Gervazio (2020), realizando um estudo em um assentamento rural no município de Paranaíta, ao norte do Mato Grosso, fizeram algumas constatações acerca da situação de vulnerabilidade de agricultores familiares.

E foram mostradas vulnerabilidades várias, como exemplo, em um dos estudos citados pelos autores supracitados, é relatado sobre um tipo de evento denominado de “chuva de agrotóxicos”, comum em alguns municípios localizados ao norte de Mato Grosso, que se trata de pulverizações aéreas que são feitas nas grandes propriedades que ficam na proximidade das plantações dos assentamentos de reforma agrária que acabam sendo atingidas, com prejuízos aos agricultores familiares, como perdas total de produções por mais de dois anos, afetando de forma significativa a vida desses agricultores familiares.

Outro agravante observado por Vale, Weihs e Gervazio (2020), é sobre o envelhecimento dos agricultores, que com o tempo ficam impossibilitados de lidar com as

produções agrícolas e falta mão de obra, pois os filhos mais jovens emigram para os centros urbanos, buscando outras fontes de renda.

Na pesquisa de Gabrieli *et al* (2023), foram utilizados indicadores de sustentabilidade que possibilitam avaliar a viabilidade de um sistema produtivo, apontando possibilidades de diminuição dos impactos ambientais e contribuindo para a recuperação e proteção do meio ambiente. Outro ponto observado entre os grupos analisados no estudo, foi que com exceção de um grupo, a renda fora da propriedade é maior que a renda no empreendimento.

Já Silva e Nunes (2023), trata sobre cooperativismo na agricultura familiar, e mostram que a associação de agricultores familiares em cooperativas aparece como fator vantajoso para viabilizar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, com tendência no aumento da renda do estabelecimento.

Observa-se que os estudos têm relação com a pesquisa feita nesta Dissertação, porque a maioria delas apresenta os impactos do PRONAF na vida de agricultores familiares, e algumas trazem semelhanças próximas à realidade do Sítio São José, principalmente o envelhecimento dos agricultores e a migração dos filhos para contextos urbanos.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Apresenta-se neste tópico a metodologia de pesquisa. O quadro 02 descreve a relação dos objetivos com o método utilizado. Como se observa, o alcance do objetivo geral vem condicionado aos objetivos específicos, em que os dois primeiros têm base teórica, e os dois últimos têm base empírica com relação direta com o instrumento de pesquisa:

Quadro 02- Relação entre objetivos e metodologia de pesquisa

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Estratégia da Pesquisa
Avaliar os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na percepção dos produtores rurais de uma comunidade do município de Iguatu-CE.	Identificar na literatura as principais causas e principais impactos das políticas públicas de incentivo e fomento à agricultura familiar	Pesquisa bibliográfica e documental
	Averiguar se os produtores rurais estão enquadrados em algum grupo/linha do PRONAF e se já utilizaram algum crédito oriundo do Programa.	Roteiro de entrevista semiestruturada.
	Verificar os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo PRONAF nas práticas dos produtores da comunidade estudada.	Roteiro de entrevista semiestruturada.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

TIPOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, cujos dados foram coletados em pesquisa de campo.

DESCRIÇÃO DA AMOSTRA OU SUJEITOS DA PESQUISA

O estudo foi realizado no Sítio São José, localizado no Distrito Gadelha, em Iguatu-CE, com uma população de 23 agricultores familiares, sendo a amostra composta por 12

agricultores familiares dessa comunidade rural, que mostraram disponibilidade para participar da pesquisa, tendo em vista os demais estarem ausentes e alguns não aceitaram participar. Os agricultores participantes foram nomeados pela letra inicial do nome, como L; D; E; A; etc.

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para a coleta de dados foi aplicada como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada

ANÁLISE DE DADOS

Nesse estudo, foi realizada a análise de conteúdo de Bardin (2011), que, segundo o autor, possibilita uma maior interpretação e categorização das temáticas. A entrevista foi realizada nas residências dos produtores, em dia e hora marcados previamente.

Inicialmente foram apresentados os objetivos da pesquisa, e todas as informações necessárias, inclusive a gravação em mídia digital das entrevistas, para a qual assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, sob o CAAE 78234724.5.0000.5296, em que informam ter decidido participar da pesquisa e autorizam a gravação.

A coleta de dados que compreendeu a observação da comunidade, entrevistas e fotos foi de 12 a 17 de fevereiro de 2024 e de 20 a 22 do mesmo mês e ano. As informações foram coletadas somente pelo pesquisador responsável, através da realização da entrevista, cujas respostas foram gravadas e transcritas para posterior análise. O pesquisador deixou esclarecido o respeito ao anonimato dos participantes e o desígnio de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Com a transcrição das falas, as respostas foram divididas em categorias específicas e a análise foi feita, com a apresentação total ou parcial das respostas, em confronto com a literatura sobre a temática. Os participantes foram tratados pela letra inicial do nome, já citado, respeitando seu anonimato.

ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA

A pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética da Universo Potiguar – UNP, através da Plataforma Brasil e recebeu Parecer favorável n. 6.735.204. Em seu

desenvolvimento obedeceu à Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde (CNS/MS), que dispõe sobre pesquisas com seres humanos, a qual incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, assegurando os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

Também atendeu aos aspectos éticos e legais em conformidade com a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS/Ministério da Saúde - MS, que preconiza que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes e que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresenta-se os resultados da pesquisa, para a qual se buscou o alcance de seu objetivo geral, que foi avaliar os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na percepção dos produtores rurais de uma comunidade do município de Iguatu-CE, que se alinha a outros dois objetivos que têm relação direta com o geral, que é averiguar se os produtores rurais estão enquadrados em algum grupo/linha do PRONAF e se já utilizaram algum crédito oriundo do Programa e verificar os impactos sociais, econômicos e ambientais gerados pelo PRONAF nas práticas dos produtores da comunidade estudada.

A comunidade na qual foi realizada a pesquisa encontra-se em uma das regiões rurais mais pobres, em que a dependência de chuva para a produção agrícola faz parte da realidade dos agricultores familiares, que não contam com sistemas de irrigação, e muitas vezes, há a necessidade de buscarem água em outras comunidades, ou ainda, a existência de cisternas que há casos em que sequer enchem devido às falhas em sua construção.

A maioria dos produtores tem cisterna como essa da figura 01, para o abastecimento de água, havendo casos em que têm cisternas pequenas e uma grande, que muitas vezes, nem enche totalmente:

Figura 01 – Tipo de cisterna na comunidade



Fonte: Foto tirada pelo autor (2024).

É importante salientar que o Estado do Ceará no contexto brasileiro, é o que tem a maior área inserida no semiárido, cuja característica são as irregularidades pluviométricas, o que potencializa as dificuldades para os agricultores familiares da região. Tem-se, neste contexto, o problema do êxodo rural gerado, de forma que as políticas públicas como o PRONAF exercem papel fundamental para o desenvolvimento econômico e rural, contribuindo para que famílias beneficiadas possam dispor de recursos tecnológicos e não fiquem tão dependentes de regulares precipitações de chuva. No período de seca ocorre queda da produção e, assim como, excessos de chuva também provoca declínio no rendimento agrícola (MEDEIROS, 2016).

Desta forma, como mostra Ely et al (2003, p. 504):

O que afeta diretamente os resultados da produção agrícola são os fatores econômicos e climáticos, sendo no rendimento que se expressam os desvios da produção. No fator econômico, a descapitalização do produtor leva ao emprego de menor uso de tecnologia, pela redução da aplicação de insumos como adubação, uso de sementes melhoradas e, controle de pragas e ervas invasoras que comprometem o desenvolvimento adequado das lavouras. Já no fator climático, qualquer condição ambiental que provoque estresse no desenvolvimento das plantas, como temperaturas extremas, estiagens ou chuvas excessivas, condições que favoreçam o desenvolvimento de pragas ou doenças, ou ainda, que comprometam as operações de colheita, havendo perda do produto no campo, também se reflete no rendimento final.

Assim, é fato que se reitera que a irregularidade pluviométrica, sendo resultado não somente da variação dos totais pluviométricos, mas, principalmente, da duração e intensidade dessas precipitações, é um dos grandes desafios para a agricultura familiar no Ceará, como também para outros estados nordestinos. Assim grandes extensões de terra são submetidas periodicamente aos efeitos das secas que ocasionam o êxodo rural, provocando problemas econômicos e sociais (SILVA et al., 2009).

Há, na comunidade, a Associação de Produtores Rurais, porém, viu-se que os participantes da pesquisa não são associados. Alguns já foram, mesmo assim, recebem da orientação da mesma, por exemplo, em questões burocráticas relacionadas à documentação para aposentadorias rurais, mas, com pouca efetividade nas ações em busca do fomento de melhorias, como a orientação e acesso às políticas públicas.

Já foi discutido anteriormente que principalmente com a modernização trazida pelo capitalismo para a agricultura, viu-se, apesar dos avanços, a exclusão de agricultores familiares no mercado, sem investimento para a sua produção. Atualmente, com o fortalecimento da agricultura familiar, e a partir daí, o surgimento de iniciativas de incentivo, incluindo o acesso ao crédito, por meio do PRONAF, muitos agricultores familiares

continuam vivenciando esse processo de exclusão, por falta de conhecimento e orientação.

Em uma prévia dos resultados que serão apresentados a seguir, pode-se perceber que talvez a Associação não esteja cumprindo o seu papel. Seja por omissão da diretoria ou porque a maioria dos agricultores não é associada e não consegue ter a percepção que se trata de uma organização coletiva, do trabalho, de mobilização de pessoas que se unem buscando a garantia de direitos e melhorias para todos. Parece que se acostumaram com o papel apenas burocrático da Associação que, por sua vez, não faz nada para mudar isso. Embora, seja importante salientar que não houve um aprofundamento sobre essas questões durante a entrevista.

CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

A partir dos dados coletados, tem-se a seguir informações referentes ao perfil dos 12 participantes da pesquisa da Comunidade São José, com variáveis quanto ao gênero, idade, estado civil, número de pessoas no grupo familiar, número de filhos e escolaridade.

Tabela 01 – Dados pessoais dos agricultores

VARIÁVEIS	n
Gênero	
Masculino	10
Feminino	02
Idade	
18 a 30 anos	01
51 a 60 anos	03
Mais de 60 anos	08
Estado Civil	
Solteiro	01
Casado	09
Divorciado	02
Número de pessoas no grupo familiar	
02 pessoas	04
De 03 a 05 pessoas	06
De 6 a 7 pessoas	02
Número de filhos	
Sem filhos	01
01 filho	03

De 03 a 05 filhos	05
De 06 a 08 filhos	03
Escolaridade	
Analfabeto	06
Semianalfabeto	05
Ensino fundamental completo	01

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Em relação ao fator idade confirma-se o que trouxe o estudo de Vale, Weihs e Gervazio (2020), sobre o envelhecimento da agricultura familiar que resulta, por sua vez, na falta de mão de obra para esses agricultores familiares. Esse envelhecimento, não é algo novo. Schneider (1994), tratava sobre isso, há algumas décadas, quando analisava os movimentos migratórios do meio rural brasileiro, que era um reflexo dos âmbitos da organização de produção e da realocação espacial dos recursos econômicos. Foi algo que veio ocorrendo com a mecanização e modernização da agricultura, na década de 1970.

Essas mudanças, segundo Schneider (1997), apontam para as motivações que caracterizaram o grande êxodo rural à época, e que continua com as intensas migrações para as áreas urbanas pela população rural mais jovem. Como resultado, o envelhecimento dos remanescentes das áreas rurais. E se viu isso nos relatos dos agricultores, mostrando que os filhos não dão continuidade à atividade agrícola, muitos estão na cidade, trabalhando, estudando.

Nascimento *et al* (2017), realizaram uma pesquisa com produtores familiares de Primavera e de Palmares, no Estado de Pernambuco. Foi constatado que esses agricultores têm como única fonte de renda a agricultura familiar, e se mostram satisfeitos com a sua atividade, no entanto, quando perguntados se querem que os filhos tenham na agricultura um meio de vida, a maioria respondeu que não, preferindo que os filhos invistam no estudo.

É algo comum entre esses agricultores familiares, que embora tenham filhos ajudando-os, preferem outras formas de desenvolvimento. O que se encontra no estudo de Nascimento *et al* (2017) não é uma dissonância com o estudo de Smith, Alves e Fonseca (2018), citado em nossa discussão teórica, o que diferencia esses estudos é a abrangência geográfica, ou melhor, a análise macro presente no estudo de Smith e colegas, quando colocam a agricultura familiar, em um quadro geral como importante meio de superação da pobreza.

Já a pesquisa de Nascimento *et al* (2017) traz uma realidade bem delimitada, em que agricultores de duas comunidades rurais querem o melhor para os filhos e que não sigam este caminho, não significando necessariamente que seja um atraso a agricultura familiar em suas vidas. Enfatizam estarem satisfeitos e melhoras dos filhos por meio de estudos, é consensual na realidade de grande parte das famílias brasileiras, não importa a atividade econômica.

O Sr. D., que tem 08 filhos, afirma que “os filhos moram no Iguatu...cada qual tem sua casa lá e seu empreguinho...aqui sou eu e a esposa...”. O sr. A, tem cinco filhos, apenas um mora com ele: “os outros quatro mora fora...um mora no Rio de Janeiro, os outros três moram no Iguatu...minha filha trabalha em negócio de lanchonete; o outro filho trabalha na Dakota e outro em negócio de cadeira, soldando ferro”. E depoimentos assim foram comuns entre os entrevistados, filhos mesmo que em subempregos, optam pela zona urbana, assim também como houve menção a filhos formados trabalhando como advogado, enfermeira. A questão é a busca de melhorias.

Dirven (2016), cita que na primeira década deste século, foi possível observar uma redução significativa da participação de jovens na agricultura latino-americana, ao mesmo tempo que houve um aumento da participação da população rural no emprego rural não agrícola (ERNA). Os jovens migraram para o emprego assalariado, enquanto o trabalho agrícola familiar não remunerado, aponta para uma tendência na diminuição de mulheres e de homens jovens e uma presença maior de homens idosos, corroborando os achados deste estudo.

Viu-se, portanto, uma maioria de homens idosos, com mais de 60 anos, com pelo menos dois deles com mais de 70. A presença feminina na pesquisa foi menor, assim também, como essa presença é menor na agricultura. Foi visto que, geralmente é o homem que se dedica mais à agricultura, havendo casos de mulheres que ajudam com a renda trabalhando como domésticas ou ainda enrolando cadeiras, como é o caso da mulher e da filha do sr. F., que pega esse trabalho que não é fixo, para o qual recebem 8 reais por cadeira:

Figura 02 – Atividade de renda extra na família do agricultor.



Fonte: Foto tirada pelo autor (2024).

Mais à frente, será mostrado por que há a necessidade de fontes de renda extra na agricultura familiar, para os produtores rurais que participaram da pesquisa. Outra questão mostrada na tabela 01, foi relacionada à escolaridade dos agricultores, quando se pode constatar que a grande maioria é de pessoas não alfabetizadas e semialfabetizadas. E as respostas foram bem um retrato da realidade da infância da maioria dessas pessoas com 50, 60, 70 anos ou mais, não havia oportunidade, não havia acesso.

A sra. M, 67 anos, só começou a estudar, mas não deu continuidade. Sobre ler e escrever ela afirma:

Muito pouco, casei, não liguei, mas muita gente pelejou muito...mas aí pra trás não tinha condição, né...porque não podia comprar as coisas ...eu mesmo é porque eu tive meus filhos, eu tive 7 filhos, e eu trabalhava nas casas por um caderno, por um lápis...pra eles estudar e eles tudim terminam os estudo...

Também o Sr. D., relata:

Rapaz, eu estudei...num estudei nem um ano...sabe por que? Envolvido em roça, aí a professora passou pra negócio de matemática, aí eu engrossei naquilo, perdi a vontade de estudar, aí caí fora...aí mãe disse, vai estudar, não? Pois vai pra roça...mas ainda aprendi só botar só meu nome...aprendi...

E O Sr L., diz que

... no tempo que estudei, estudei só o abc mesmo...só o be-a-bá todim...nesse tempo os pai da gente botava a gente pa roça...mandava...aí ainda fui pro MOBREAL pra aprender alguma coisa depois de véi...aprendi a ler e escrever muito pouco...escrevo alguma coisinha...

E o Sr. E. que também estudou pouco e deixou a escola quando teve problemas com a professora por causa da palmatória, muito comum antigamente, relata:

Desde criança, quando tinha 12 anos, queriam levar para São Paulo, mas não tinha leitura, aí eu disse, não, vou não, vou ficando por aqui mesmo...hoje o que vale é o estudo se a pessoa não tem estudo, não vale nada ... Na agricultura, eu amei tanto a agricultura que eu deixei de estudar pra roça. Esse terreno aqui é do meu avô, do meu avô passou pro meu pai, do meu pai pros meus filhos...a agricultura é uma mãe boa

Realidade comum entre os entrevistados em que o único jovem entre eles, um agricultor de 23 anos, concluiu o ensino fundamental e parou de estudar, o que comparado aos demais participantes, e respeitando as especificidades de paralização dos estudos desse jovem, pode-se dizer que ele, de certa forma teve escolha. Os demais, como se vai ver mais à frente, foram crianças que começaram a trabalhar com 6, 7 anos de idade e que aos 10, já tomava conta da roça sozinho para o pai, como relatou um deles.

Mas não há reclamação ou amargura. Muitos contam suas histórias felizes e orgulhosos porque puderam dar o estudo aos seus filhos. No entanto, é uma realidade que pode estar privando-os de direitos, da percepção que precisam de orientação para entender os acessos que existem atualmente.

Morais (2007), vê esse processo de idosos rurais e com baixa escolaridade, como um fator agravante para as desigualdades, como uma realidade produtora da exclusão, essas pessoas não acompanham as transformações do mundo contemporâneo, são pessoas que com certeza tiveram dificuldade ou sequer chegaram a adaptar-se ou ter acesso aos avanços tecnológicos e agrícolas que ocorreram no século XX.

É diferente ao tratar sobre pessoas que viveram sempre naquele pequeno espaço rural, que ainda nos dias atuais sofrem com vulnerabilidades várias, que come o que planta, ou se tem alguma renda extra é para investir em sua produção, no entanto, sempre andando em círculo. A possibilidade de inclusão vem de políticas e programas como o PRONAF, que mais à frente, será mostrado sobre seu impacto na vida dessas pessoas.

PERFIL ECONÔMICO E AGRÍCOLA

Na tabela 02, tem-se os dados abrangendo a renda familiar dos agricultores; sua atividade em relação ao período que atua como agricultor; principal atividade produtiva; e se produz para subsistência ou comercialização.

Tabela 02 – Dados econômicos e agrícola dos agricultores.

VARIÁVEIS	n
Renda familiar	
Menos de um salário-mínimo	05
De um a dois salários-mínimos	07
Tempo que atua como agricultor	
Antes dos 10 anos de idade	09
Entre 10 e 12 anos de idade	03
Principal atividade produtiva	
Milho e feijão	03
Milho, feijão e hortaliças	03
Milho, feijão, hortaliças e frutíferas	02
Milho e feijão, galinhas, peru, porcos, gado	04
Produz para a subsistência e/ou comercializa	
Só para consumo	07
Consumo e venda de verduras	02
Consumo e venda de leite	03

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Sobre a renda dos agricultores, entre aqueles que chegam à renda familiar de um a dois salários-mínimos, têm a aposentadoria rural que contribui para uma renda familiar fixa, tendo em vista que mesmo os que comercializam sua produção, o retorno financeiro é incerto, porque não vendem o suficiente.

A questão que se quer apontar é que a agricultura familiar em si, não tem sido suficiente e isso está presente na renda dessas pessoas que apontam para menos de um salário ou até um salário, somando atividades extras, ou programas sociais como Bolsa Família e um pouco do que dispõem para a venda de sua produção, que como cita um deles, não tem comércio, ou seja, eles não têm os meios adequados de competitividade.

A agricultura familiar foi reconhecida, tem políticas públicas e programas, contudo, nesta década de 20 do século XXI, o agricultor familiar ainda vive em situação de pobreza. Pode-se encontrar realidades na qual pequenos agricultores que têm uma renda melhor, poucos ultrapassam um salário-mínimo. Existem, entre eles, pessoas abaixo da linha de pobreza.

Foi perguntado aos agricultores, no estudo de Nascimento *et al* (2017), qual a renda mensal familiar, com a produção. No entanto, como se viu também neste estudo, a

maioria utiliza a agricultura familiar para a subsistência e, diante disso, reformulou-se a pergunta para qual a renda mensal familiar, geral, com ou sem a produção.

O resultado mostra uma situação de precarização desses agricultores, quando 69% afirmam ter uma renda de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. É importante enfatizar que em suas respostas, alguns citaram valores, sendo recorrentes citarem renda de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), na realidade, esses foram os números que mais apareceram nas respostas.

De acordo com o estudo de Maciel, Troian e Oliveira (2022), um dos grandes problemas é que onde os maiores investimentos costumam ser destinados aos grandes agricultores, cuja atividade é voltada para a produção de grãos poucos nutritivos, geralmente destinados à exportação, havendo ainda o uso exagerado de agrotóxicos.

Já aqueles que produzem alimentos que promovem a segurança alimentar com uma agricultura orgânica e agroecológica que são os agricultores familiares são inseridos em políticas e programas, mas alguns não têm acesso por não atenderem a critérios específicos desses programas ou não têm entre membros da família ou na comunidade rural da qual fazem parte, alguém que lhes dê orientação para saber como resolver pendências para esses acessos ou para a gestão dos recursos destinados à agricultura familiar e também, há casos em que podem se acomodar com aquela situação.

Pode-se ver a seguir, exemplos de produção dos agricultores participantes da pesquisa apesar das limitações produzem sementes crioulas, hortaliças e soluções simples para mantê-las, plantação de árvores frutíferas, e tendo sua produção condicionada à água das chuvas, já que não têm sistemas de irrigação:

As semente crioulas se adaptam as condições ambientais do lugar onde foram cultivadas, se desenvolvem naturalmente e são comuns entre agricultores familiares cujo cultivo passa de geração para geração. Na figura 04, vê-se que elas estão armazenadas em potes de forma artesanal, porque é comum feiras de exposição de sementes crioulas pela Cáritas Diocesana, das quais os agricultores levam suas amostras:

Figura 03 – Amostra de semente crioula



Fonte: Foto tirada pelo autor (2024).

Tem-se também o cultivo de hortas suspensas, que é uma forma que os agricultores utilizam para proteger suas plantações, fazendo esse arranjo para que elas fiquem fora do alcance das galinhas, perus e outros animais.

Figura 04 – Horta Suspensa



Fonte: Foto tirada pelo autor (2024).

A plantação de árvores frutíferas é com, em que se planta frutas como laranjas, mangas, limões e outras que se adaptam ao clima da região.

Figura 05 – Frutífera



Fonte: Foto tirada pelo autor (2024).

Além disso, ainda lidam com gado, alguns tem duas, três vacas, das quais vendem o leite, mesmo sendo pouco, criam galinhas, porcos, um dos agricultores cuida do gado de uma pessoa do qual recebe também o direito de vender o leite, mas eles sempre destacam o quanto o comércio é fraco para as suas atividades.

Figura 06– Criação de gado



Fonte: Foto tirada pelo autor (2024).

Figura 07 – Criação de galinhas e perus



Fonte: Foto tirada pelo autor (2024).

Neste contexto do potencial que mesmo produtores sem um preparo adequado, mostram, muitos dando continuidade a um trabalho que lhes foi repassado por gerações, não se pode deixar de concordar com Lima (2019), quando em uma análise crítica sobre o Desenvolvimento Rural Sustentável tendo como foco, assentamentos do semiárido cearense analisa que há casos em que o tipo de política pública não é pensada em sua efetivação de forma a trazer uma estrutura de planejamento e continuidade a longo prazo.

Uma questão interessante, é que um dos achados selecionados, o estudo de Porto (2021), buscou entender a questão das políticas públicas ouvindo os gestores dessas políticas para a agricultura familiar. Em seus discurso, trataram sobre a importância da gestão participativa, para que essas políticas fossem pensadas e planejadas com a participação da sociedade civil, principalmente sob o direcionamento dela, sobretudo dos atores sociais envolvidos, ou seja, os agricultores familiares. E será sobre a percepção dos atores sociais desta pesquisa, principalmente sobre o PRONAF, o discurso do próximo tópico.

IMPACTOS DO PRONAF NA PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS

Neste tópico, o tema é o impacto do PRONAF, na vida desses produtores rurais. Contudo a discussão é mais ampla porque se avalia como as políticas e programas chegam até esses agricultores, quais os desafios, as dificuldades, o que fazer quando esses atores sociais não se organizam coletivamente, quem lhes dá suporte técnico, jurídico e quem lhes orienta para uma gestão empreendedora desses recursos.

Silva (2011), destaca a importância do PRONAF, salientando que seu desenho institucional surgiu com o intuito de propiciar linhas de crédito a um grupo social específico, heterogêneo e presente em todo o território nacional, principalmente em regiões de baixo dinamismo econômico. O programa passou, desde a sua criação, por várias alterações normativas, de forma a permitir o maior acesso do público da agricultura familiar mediante, principalmente, a sua inserção de maneira privilegiada no mercado de créditos.

Antes de entender especificamente a percepção dos agricultores sobre o PRONAF, quis-se saber como avaliam as ações do Estado para a agricultura familiar em sua comunidade:

O Sr. A., analisa a situação, comparando como era quando ele começou ainda muito novo, por isso ele diz que:

... nunca teve benefício do Governo, como tem hoje em dia, porque hoje em dia tudo é fácil...nessa época nossa, num tinha não...era zerim...hoje, tem sempre ajudado...é semente pra gente, mais fácil um pouco.

O Sr. E., considera sim que há ajuda, mas, existem falhas:

... ajuda sim...só que o governo tem quer dar as coisas e ser corrigido...que no Brasil tá faltando isso aí...sabe porque tem um homem acolá que tem um filho e tá fora do plano...aí tem outros que os pai é tudo aposentado...e aí recebe 600 reais...é errado...

Para o Sr. D, vem ajuda do Governo Federal, mas não chega até eles:

A gente sabe que vem recurso...que tem programa pra nós...mas parece que desvia no meio do caminho...tem comunidade em situação melhor que a nossa que os recursos chega...dão um jeito, tem gente que fala por eles, pra nós, não...tudo é difícil.

E sobre dificuldades, dependerem totalmente da chuva para a sua produção é o mais difícil, falta irrigação, o milho e o feijão é plantado dependendo das chuvas, alimentar

os animais, ter o pasto, também depende. A Sra, L, considera que o governo ajuda, mas não é muito...que conseguiu três cisternas, “duas pequenas que não dá pra muita coisa, aí tem uma grande que nunca enche, foi mal feita...”

O Sr. L, também se manifesta sobre o tema:

... é, faz alguma coisa, mas falta muita coisa...o que nós aqui precisa mesmo é de um poço artesiano pra dar água pra comunidade, que precisa, que nós não tem...quando move um poço pra fazer...chega bem aqui...no terreno pronto, aí diz, não aqui tá bom...não bota os home pra trabalhar...aí para...não olha onde pode dar água, pra fazer com a permissão, tudo direito, e pronto não faz...

Os poços artesianos são regulamentados pela lei federal 9.433/97, que Instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, que determina que, perfurar ou operar poços artesianos, sem as devidas autorizações dos órgãos e entidades competentes, é uma infração, bem como desobedecer às normas legais e regulamentaras.

É preciso licença autorizando, pessoal técnico, e a reivindicação do Sr. L., é relevante, pois esses poços são de grande importância para regiões áridas, onde não haja redes hídricas, ou em casos em que o acesso à rede pública não seja possível, ou não esteja sendo satisfatório. Trata-se de aquíferos subterrâneos, reabastecidos por meio da infiltração da água da chuva no solo, sendo que este tipo de fonte de abastecimento é a mais pura e hábil forma de garantir uma excelente qualidade da água profunda (Feriani, 2021).

Todas as demais respostas sobre ajuda do governo limitaram-se a “ajuda um pouco” ou apenas “ajuda”, sem se estenderem ou apresentarem justificativas. Sabe-se que os programas e políticas públicas são oriundos, geralmente, dos Governo Federal e Estadual, e que cabe a cada município a implementação e gerenciamento dos mesmos, juntamente a outros órgãos, como os estaduais.

Quando questionados se há na comunidade, um acompanhamento dessas ações, como por exemplo, ou se são realmente realizadas de forma a respeitar os direitos dos agricultores familiares, a maioria afirmou não ter acompanhamento. Duas pessoas citaram a Associação, para ajuda com documentação, mesmo não sendo associados, a Ematerce também foi citada, porém, sem detalhes, e se teve ainda entre as respostas:

O Sr. J. sobre o acompanhamento, que considera que:

... aqui...num tempo aqui mas pra trás era melhor um pouco, porque tinha mais acompanhamento...tinha o agente rural, o agente rural ajudava muito a nós...dava muita assistência aqui a nós...eu crio...crio também uma colmeia e ele dava muita

assistência...a gente tem uma da roça e ele ajudava...e tem também o Elo Amigo que ajudava muito...

E para a Sra. A., “o acompanhamento da Ematerce, que ajudou muito o agricultor...só tem uma coisa que é devagar, é se arrastando...é o sindicato... se o presidente não faz nada né...”

Ao tratar sobre a relação entre agricultura familiar e assistência técnica e extensão rural, destaca a presença de instituições de ATER, que pode trazer muitos benefícios para esses agricultores familiares, com a vantagem em possuir um auxílio na documentação necessária para se candidatar a um programa de crédito rural, o que, no caso do PRONAF, é um dos fatores que mais dificulta o acesso do agricultor ao crédito (Castro; Pereira, 2017).

Os autores supracitados salientam ainda que como grande parte do crédito do PRONAF é destinado a atividades de custeio, o agente de assistência técnica e extensão rural tem seu trabalho voltado para a adoção das práticas agrícolas mais rentáveis e sustentáveis, que proporcionam maior retorno financeiro para o agricultor familiar e a garantia de reembolso do recurso financeiro tomado emprestado.

Para isso, no entanto, é importante o comprometimento dos agricultores na busca de soluções e dessa assistência para uma gestão adequada dos recursos. Sendo em sua maioria analfabetos, destaca-se a importância do vínculo com a associação, pois, como constatarem Resende e Resende Júnior (2011), em seu estudo alguns benefícios do associativismo para agricultores familiares são o acesso à informação, auxílios para estudos e orientações sobre a gestão de incentivos financeiros que são destinados pelo poder público para um melhor desenvolvimento desse sistema produtivo (Resende; Resende Junior, 2011).

É o que mostra o estudo de Ribeiro *et al* (2013), cujo objetivo foi compreender por que os agricultores familiares da comunidade Brasileira não se organizam em associações com intuito de promover o fortalecimento da agricultura familiar no município de Bom Jesus da Lapa - BA. No estudo, foi constatado que a produção agrícola acontece de forma individual, os agricultores familiares não são organizados e não buscam nenhum órgão para auxiliá-los na produção.

Este é um ponto a ser destacado, principalmente quando se vê que os problemas enfrentados por essa comunidade são coletivos, a falta de água, a pouca ou nenhuma comercialização da produção por falta de mercado. No entanto, diferente de uma realidade

enfrentada principalmente antes do PRONAF, atualmente, há incentivos governamentais diversificados de apoio à agricultura familiar, desde o crédito rural a programas como o Garantia-Safra, Garantia de Preços, acesso às compras públicas a exemplo do PNAE e o PAA entre outros.

As questões relacionadas ao PRONAF, sobre a influência, grupo/linha de enquadramento dos agricultores, se já utilizaram o programa, que benefícios trouxe, quais seus impactos, foram respondidas basicamente de uma vez só. É importante frisar que entre os participantes, seis utilizam ou já utilizaram o PRONAF B, o Agroamigo, Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, no entanto, entre os que utilizaram dois responderam não saber o que é PRONAF, nunca ter ouvido falar, e de empréstimo só conheciam o Agroamigo, ou seja, utilizaram, mas sequer sabia tratar-se do PRONAF.

Entre esses que utilizaram, tem-se o Sr. J., que afirmou:

... O PRONAF é bom, só que tem muita burocracia...dá muito trabalho pra conseguir Eu já fiz pra criar essas abelhas...mas depois quando eu terminei, eu não quis mais... mas ainda tem rendinha graças ao PRONAF, com o investimento feito nas colmeias.

O Sr. A., que diz "...o PRONAF ajuda... já fiz o Agroamigo...foi pra criação de ovelha...

Sr. E.: "Eu fiz pra criar galinha, já tinha um bocado né...aí foi preciso comprar umas tela...umas coisa..."

O Sr. L., afirma que: Não, o PRONAF, conheço não já usei o Agroamigo ... não tinha comércio o que usei foi pra consumo, ajudou porque melhorou a produção, pude investir mais".

E a Sra. A. diz que também já ajudou para a compra de ovelhas, analisa os benefícios trazidos pelo PRONAF, afirmando que:

Com o PRONAF a gente teve um acesso que a gente não tinha antes...né...a gente procurava fazer um empréstimo desse no Banco e a gente não conseguia...e através do PRONAF, a gente conseguiu fazer...e colocar alguma criaçãozinha e melhorar a vida da gente...serviu pra alimentação como pra vender uma cabecinha pra ajudar na despesa da gente...

O estudo de Fossá, Cormelatto e Mattei (2018), traz aspectos que corroboram as respostas dos participantes desta pesquisa, como alguns participantes reclamarem da burocracia, nos processos administrativos para contratação do PRONAF, mas apresentam

o entendimento que os processos estão mais facilitados se comparados ao início do programa,

Essa questão de não querer fazer um novo empréstimo consta também na pesquisa desses autores e um dos fatores é o medo do endividamento. Fossá, Cormelatto e Mattei (2018), destacam a fala de um de seus entrevistados, que explica que a busca pelo financiamento e o endividar-se é um momento decisivo, pois gera preocupação para saldar o compromisso assumido.

Por outro lado, os autores ouviram de outro agricultor também o medo do endividamento. Mas mesmo com essa preocupação buscou conhecer experiências de outros agricultores e a orientação de familiares, decidido por fazer o Agroamigo que foi investido e trouxe resultados positivos.

Há, no estudo, o reconhecimento dos impactos positivos e de aspectos que merecem ser melhorados em sua oferta e acompanhamento, especialmente no que diz respeito à ampliação de recursos para outras linhas de financiamento, apoio técnico, estabilidade e menores taxas de juros, além de uma maior fiscalização dos recursos contratados.

Uma questão que se observa neste estudo, é que a maior parte dos investimentos com o crédito do Agroamigo, foi na produção animal. No estudo de Mutadiua, Stolf e Abreu (2014), que abordaram em sua pesquisa sobre estratégias de diversificação dos meios de vida das comunidades rurais em Pirenópolis – Goiás, são destacados os benefícios para aqueles agricultores familiares com capacidade de diversificar suas atividades, sendo que essas criações permitem maior opção de proteína animal na alimentação e aumenta as fontes de renda na agricultura familiar, mesmo assim, muitos agricultores familiares rurais não se interessam pela criação animal, o que não foi o caso dos participantes deste estudo que utilizaram o Agroamigo para esse fim.

Apesar das limitações das respostas, acrescentando que os que não utilizaram, no caso, seis também, não sabiam de que se tratava e também não tiveram acesso, é importante enfatizar a relevância do programa, principalmente, quando traz essa inclusão, quando institucionaliza uma relação inovadora e inédita, no Brasil, como dimensão pública, da relação entre o sistema bancário e agricultores familiares rurais, ou seja, a agricultura familiar que vivencia processos excludentes desde antes de ser reconhecida legalmente.

Esse viés inclusivo do acesso a microcrédito, teve sua disseminação pelo mundo a partir de 1976 em Bangladesh, com a ação o professor Muhammad Yunus, Nobel da Paz,

que teve a iniciativa de possibilitar recursos para empréstimos de valores pequenos, para famílias carentes de agricultores. O Yunus tinha a ideia de que o empréstimo era uma política de combate à pobreza e não necessariamente uma política de financiamento. Esses empréstimos tiveram resultados satisfatórios, e em 1978, depois de conseguir apoio de bancos privados e internacionais, foi criado o Grameen Bank, que em seguida passou a ser adotado em diversos países (Costa Neto, 2014).

Algo salientado por Yunus (2008), é que mesmo o microcrédito tendo sido criado sob a premissa de tirar pessoas da pobreza, é fundamental que o programa não seja concebido sob a percepção de uma política assistencialista, sendo, na verdade, um direito universal, considerando seu elevado potencial de impacto social.

Pode-se afirmar ser uma importante ferramenta de desenvolvimento social e econômico, por vários fatores, a inclusão que possibilita o acesso a um sistema de crédito democratizado, o provimento de necessidades mais imediatas, sendo importante destacar que o acesso ao crédito é uma forma também, de redução de desigualdades e de incentivo ao empreendedorismo.

Analisando os impactos do PRONAF, levando em conta os impactos sociais econômicos e ambientais, é importante retomar ao estudo de Gabrielli *et al* (2023), que avaliou os indicadores de sustentabilidade em propriedades rurais. Com base na pesquisa desses autores, constata-se neste estudo que apesar de não ter havido respostas diretas dos participantes sobre esses impactos, foi observado durante a pesquisa que não houve impacto ambiental. Isso porque não existe na comunidade, ações de diminuição dos impactos ambientais que contribua para a recuperação e proteção do meio ambiente.

Para os agricultores que utilizaram o Agroamigo, houve um impacto socioeconômico em suas vidas, porque o microcrédito lhe dá condições de investimento em melhorias produtivas, e, como resultado, melhores condições de subsistência. No entanto, como apontam Aquino e Bastos (2015), o Agroamigo ainda tem como característica, não ter como alvo às pessoas e sim o sistema de produção, envolvendo beneficiamento e comercialização. Há necessidade de aperfeiçoamento do PRONAF-Agroamigo dentro da linha da articulação de outras políticas públicas, porque para os autores, por enquanto figura como uma espécie de contrato de crédito com viés de política social.

Os agricultores não responderam sobre o PRONAF, enquanto comunidade, no sentido de investimento em melhoras coletivas, mas, em melhoras pessoais, acesso a meios de subsistência, principalmente. Talvez isso leve à análise de que o programa não

teve impacto tão significativo, mas teve na vida daqueles que o utilizaram e melhoraram sua produção.

O problema não é o programa, mas a falta de gestão, de conhecimento e de aplicação orientada desses recursos. Reitera-se isso a partir do estudo de Solano (2017), que entrevistando agricultores beneficiários do Agroamigo, no território Açu-Mossoró-RN, constatou serem pessoas de escolaridade em nível fundamental incompleto, o que dificulta a compreensão da burocracia que permeia todo o processo de crédito e, por conseguinte, fragiliza a gestão de seus empreendimentos, fazendo com que obtenção de créditos que é recorrente na modalidade investimento não resulte em desenvolvimento quanto à infraestrutura de seus pequenos empreendimentos, construindo um ciclo vicioso de obtenção de créditos recorrentemente em investimento.

Outro ponto que aparece nos resultados do estudo de Solano (2017), e que é aplicável para as observações desta pesquisa, também, é quanto às formas de gestão utilizadas pelos agricultores em relação ao Agroamigo. Em sua pesquisa, a autora revelou que em sua grande maioria os pesquisados não se utilizam de ferramentas de gerenciamento de recursos em seus empreendimentos, e os poucos que afirmam utilizarem alguma forma de gestão, se referiam a anotações simples como forma de acompanhamento do fluxo dos recursos ganhos e gastos em suas atividades. Este cenário pode ser atribuído ao baixo grau de escolaridade, como também a um quadro de ausência de incentivo à qualificação profissional por parte das instituições de assistência técnica e extensão rural.

A lacuna pode ser vista sob o prisma da falta de conhecimento, da falta de organização coletiva, cuja ausência impacta negativamente na percepção de políticas e programas, na falta de gestão do empreendimento, na ausência de soluções efetivas para o problema da água como também em não usufruir dos direitos que lhes são assegurados.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Neste estudo, o objetivo foi avaliar os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na percepção dos produtores rurais de uma comunidade do município de Iguatu-CE, seguido de objetivos específicos cujo alcance, de uma forma geral, foi atendido.

O primeiro objetivo específico, tratando da parte de embasamento teórico do estudo, foi atendido abordando concepções, contextualizações históricas, teorias e evidências empíricas sobre agricultura familiar e as políticas públicas a partir do PRONAF.

Em relação ao objetivo sobre enquadramento em algum grupo/linha do PRONAF e se já utilizaram algum crédito oriundo do Programa, os produtores rurais se enquadram na linha de crédito do PRONAF B, o Agroamigo, mas apenas uma parte deles utilizou, ao restante faltou conhecimento e busca sobre orientação em relação ao programa.

O objetivo relacionado aos impactos sociais, econômicos do PRONAF, tem relação direta com o objetivo geral. Portanto, constatou-se que para eles houve impacto socioeconômico entre os que utilizaram o Agroamigo, e como resposta ao problema da pesquisa, o entendimento é que houve um impacto parcial, mas somente porque uma parte dos agricultores não utilizou o PRONAF.

Importante salientar, na conclusão deste estudo, que diante da comunidade na qual a pesquisa foi realizada, pode-se afirmar que houve uma ilustração explícita de um fenômeno citado na pesquisa, que é o envelhecimento da agricultura familiar, em que a maioria dos participantes com filhos jovens e adultos que já vieram para a cidade em busca de novos rumos para a sua vida.

Somado a isso, tem-se a falta de escolaridade da maioria, estudos interrompidos em uma infância que substituiu a escola pela roça, porque, em muitos casos, nem escola existia. São pessoas que vêm de uma época que a agricultura familiar sequer era um termo utilizado, e sequer legalizado. Não existia programas ou políticas públicas para agricultura familiar, quando passaram a ter acesso a elas, sequer sabem explicar exatamente do que se trata.

Observou-se que não há assistência, o acompanhamento quase não existe, falta assistência técnica. Uma possibilidade seria oferecer esta assistência através da

Secretaria Municipal, do setor privado, de Organizações não Governamentais – ONG, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR ou da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE (essa citada pelo menos por dois participantes).

Isso fica evidenciado na construção mal feita de cisterna, na não resolutividade em relação à perfuração devidamente regulamentada de poços artesianos, os meios de produção dependentes totalmente das chuvas e a falta de acesso a programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou por uma reestruturação, com a finalidade de atender a compra de alimentos dos agricultores, sendo que, como se viu nas imagens, eles poderiam produzir mais, porque o fazem com qualidade e poderiam estar também comercializando essa produção.

A maioria dos agricultores familiares demonstra uma vulnerabilidade econômica, quando se analisa, por exemplo, escolaridade baixa, casa com pelo menos três pessoas, renda familiar de até um salário-mínimo, atividade agrícola, em sua maioria para a própria subsistência e de sua família. Considera-se importante que a relação coletiva tão comum em comunidades rurais, por meio de associações, seja utilizada para o incentivo de estratégias que permitam aos agricultores familiares expandir sua produção para além do consumo familiar, possibilitando a comercialização e a geração de renda.

É muito comum quando falta a assistência, que as pessoas não tornem sua atividade agrícola um meio de mudança real em suas vidas, por não ter a orientação adequada. Dados relacionados à baixa renda entre agricultores familiares aparecem em estudos vários.

Existem alternativas que têm como ponto de partida, o PRONAF, de onde podem decorrer projetos de geração de renda, acesso maior a mercados e de comercialização, inserção em programas federais como o PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros, incentivos à diversificação produtiva e tantas outras estratégias, que tomaram forma e foram constituídos, principalmente, a partir do PRONAF.

Portanto não faltam programas políticas públicas que deem impulso ao seus empreendimentos agropecuários e é preciso realmente saber a que se pode atribuir de fato algumas lacunas percebidas. São fatores que como já citado podem ser decorrentes de questões diversas, a baixa escolaridade e a falta de busca de orientação estão entre elas.

Importante destacar que o tema não se esgota neste estudo, dada a sua abrangência e as inovações constantes, pelo seu dinamismo. Buscou-se aqui ser mais uma contribuição nas inúmeras pesquisas relacionadas ao assunto para que se possa cada vez mais ampliar os conhecimentos a respeito do mesmo e mantê-los atualizados.

De uma forma geral, o PRONAF não trouxe impactos significativos para a comunidade São José, lócus do estudo, porque não houve, por parte de seus beneficiários, uma utilização de recursos para o empreendedorismo rural, como a organização de cooperativa como algumas comunidades rurais fazem, que realmente atinge um coletivo, desde a melhoria na renda individual e coletiva como na geração de melhorias que beneficie a todos, e nisso se insiste na questão coletiva.

O PRONAF, na comunidade estudada, possibilitou melhorias na produção apenas para a parcela que o utilizou e isso não tem relação com o programa vale reiterar, pois cumprindo-se suas finalidades, utilizando os recursos de forma mais planejada, com o acompanhamento de agentes rurais, com a busca de orientação a exemplo do que foi descrito em um dos achados da literatura, os impactos seriam bem mais efetivos.

Por esta razão, é fundamental uma observação geral a partir das leituras realizadas, que o surgimento das políticas de crédito rural direcionadas ao seguimento da agricultura familiar, e materializadas no PRONAF, oportuniza crescimento a esses agricultores familiares mediante linhas de crédito de baixo custo que foram pensadas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de empreendimentos rurais e do bem-estar social aos sujeitos envolvidos.

É preciso considerar que entre as limitações do estudo, o tamanho do amostra foi pequeno, não sendo suficiente para retratar uma realidade mais geral. Outras limitações foram o pouco conhecimento dos produtores, inclusive com dificuldades de entender as perguntas, o fato de não serem associados, sendo o associativismo fundamental, quando é de fato atuante, para a orientação e o suporte necessário principalmente em processos de gestão e gerenciamento de recursos como acesso aos diversos programas existentes.

Outra limitação pode ser relacionada à experiência prévia do pesquisador, havendo a possibilidade disso ter resultado em uma visão mais parcial do problema, de forma que pode ter faltado, mesmo que involuntariamente, a neutralidade necessária durante a análise.

Como sugestão para novos estudos, observa-se a necessidade de pesquisas que abordem mais sobre as dificuldades de agricultores familiares de regiões mais pobres em relação ao conhecimento sobre a gestão dos recursos oriundos do Agroamigo e outros meios de incentivo financeiro. Os estudos são centralizados em avaliar a efetividade dessas políticas, no entanto, é preciso também analisar a situação de agricultores com baixa escolaridade, que não estão inseridos em associações, que não têm orientação ou assistência técnica.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. I. M.; SOUSA, E. R. D.; LIMA JÚNIOR, F. Ó. Agricultura familiar iguatense e o índice de desenvolvimento da agricultura familiar a partir da aplicação de análise multivariada. **Anais do VI SIMPOER – VI Simpósio em Economia Rural**, Fortaleza-Ce, 2018.

AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 137-158, 2015.

BARBOSA, T. C. S.; FREITAS, W. N.; DIAS, I. M.; BRITO, J. A. L.; COSTA, N. M. G. B.; SOUSA, M. F.; ARRAIS, M. M. Perfil socioeconômico e ambiental de agricultores familiares em um assentamento rural no estado do Piauí. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 41856–41865, 29 jun. 2020.

BELTRAME, G.; PEREIRA, B. A. D. Impactos Socioeconômicos Ocasionados pelo PRONAF para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, p. 87, 24 mar. 2017.

BEZERRA, M. dos R. Associativismo Rural: estratégia de participação dos agricultores familiares para afirmação e defesa dos seus direitos no mercado. **Anais... VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, ago. 2013.

BRAIDE, S. M. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. 4 reimp. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

BRASIL. **Agricultura Familiar do Brasil é 8ª Maior Produtora de Alimentos do Mundo**. Publicado em 06/06/2018. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/economia-e-financas/2018/06/agriculturafamiliar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em set. de 2023.

BRITO, C. O. Limites para a adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado. In: BRANDENBURG, A. et al. **Ruralidades e Questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: Ed. MDA, 2007. p. 143 - 171.

BRUM, A. L.; MÜLLER, P. K. (Orgs.). **Aspectos do Agronegócio no Brasil**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008

BUONAFINA, J. **Produtividade agropecuária do Brasil é uma das que mais crescem, diz estudo**. Agência Brasil, 12/05/2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-05/produtividade-agropecuaria-do-brasil-e-uma-das-que-mais-crescem-diz-estudo>. Acesso em: nov. 2023;

CALCANHOTO, R.; BRISOLA, E.M.A; RIBEIRO, S.L.S.; RODRIGUES, A.M. Segurança alimentar e nutricional: percepção de mulheres de um assentamento rural. **Retratos de Assentamentos**, v. 23, n. 1, p. 269–292, 1 fev. 2020.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: ETGES, V. E. (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52.

CASTELÕES, L. Agricultura familiar ocupa maior parte da área rural brasileira. **Revista eletrônica de jornalismo científico**. 10 outubro 2002.

CASTRO, J. A. de. Política social e desenvolvimento no Brasil. In: **Economia e Sociedade, Campinas**, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CASTRO, C. N; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DIRVEN, M. **Juventude Rural y Empleo Decente en América Latina**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Santiago, p. 1-101, 2016.

DUARTE, A. M. T. **Mulheres na reforma agrária e políticas de crédito**: avaliação do PRONAF Mulher em assentamentos de Monsenhor Tabosa (CE). 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará. 2010.

EL-DEIR, S. G. **Metodologias Inovadoras para o Empoderamento Social**. 1. ed. Recife: EDUFRPE, p. 237, 2013.

FOSSÁ, J. L; CORMELATTO, D; MATTEI, L. F. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 7, n. 5, Edição Especial Desenvolvimento Sustentável Brasil/Cuba, out. 2018.

GABRIELLI, J. R. M.; SANTOYO, A.H.; MARTINS, M.R.; REZENDE, M.L. Avaliação da sustentabilidade socioeconômica e ambiental em propriedades rurais de Minas Gerais a partir do método ISA. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 6 jan. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed., São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TORNETO, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRISA, C., WESZ JR., V. J. e BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o PRONAF: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.52, n. 2, 2014.

GUADAGNIN, J. L. **Cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar**. Entrevista com o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. TV NBR, 20 nov. 2012.

GUANZIROLI, C.H.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001

GUALDA, N. L. P. Agricultura Familiar versus Modelo Agro-Exportador: O Falso Dilema da Não Coexistência. Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, p.15, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019) “Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos”. Disponível em https://censos.ibge.gov.br/agro/2017templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em set. 2023.

LAVOR, C. G. **A conversão agroecológica na agricultura familiar**. Monografia, Agricultura Orgânica, Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2009.

LIMA, M. M. F. Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo. **Revista Nera**, n. 49, p. 271–296, 2 maio 2019.

LUIZ, A. J. B; SILVEIRA, M. Â. Diagnóstico rápido e dialogado em estudos de desenvolvimento rural sustentável. **Pesq. agropec. bras.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 83-91, 2000.

LIMA, F. A. X. Assentamento rural agroecológico: um caminho possível para a Reprodução socioeconômica da agricultura familiar. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 51-66, jul./set., 2018.

MACIEL, K.; BARBOSA, L.; BERGAMASCO, S. Associativismo Rural: a experiência da associação extrativista de Pimenta Rosa no município de Piaçabuçu, Alagoas. VIII Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais, 2018, Araraquara. **Anais do Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais**. Araraquara: Uniara, 2018.

MEDEIROS, M. S.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares. **Cienc. Saúde Coletiva**, v. 20, n. 4, p. 471-986, 2015.

MESQUITA, F. E. K; MATTOS JUNIOR, J. S. O impacto dos serviços de inspeção para a geração de renda na agricultura familiar do Maranhão. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.10, n.2, p. 33-56, 2022.

MUTADIUA, C. A. P.; STOLF, R.; ABREU, L. S. de. Adoção de práticas de manejo da agrobiodiversidade e estratégias de diversificação dos meios de vida das comunidades rurais em Pirenópolis - Goiás. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.9, p.134-140, 2014.

MUNTON, R; MARSDEN, T. (1991), Dualismo ou diversidade na agricultura familiar? Padrões de mudanças de ocupação na agricultura britânica. Geoforum, v. 22, n. 1, 105-117, Londres. In: **Rev. bras. Ci. Soc.** v.18 n.51 São Paulo fev. 2003

NAZZARI, R. K; BERTOLINI, G. R. F; BRANDALISE, L. T. (Org). Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

NUNES, S. P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de desenvolvimento rural. **Boletim Eletrônico**. Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. Mar. 2007.

OLIVEIRA, G. R; ARAÚJO, F. M; QUEIROZ, C. C. A importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano. Geogr.** Goiânia, v. 37, n. 3, p. 528-551, set./dez. 2017

PANZUTTI, N; MONTEIRO, A. Agricultura familiar e políticas públicas. **Cadernos CERU**, v. 25, n. 2, p. 131-145, 2015.

PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar sustentável: conceitos, experiências e lições. In: THEODORO, S. H. (Org.). **Conflito e Uso Sustentável dos recursos Naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PLEIN, C; FILIPPI, E. E. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. **Revista Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 98-121, 2011.

QUERUBINI, A; ZIBETTI, D. W. O Direito Agrário Brasileiro e sua relação com o agronegócio. In: PARRA, R. A. (org.). **Direito Aplicado ao agronegócio**: uma abordagem multidisciplinar. 2ª ed. rev. atual. Londrina, PR: Thoth, 2019.

RESENDE, S.A.A.; RESENDE JÚNIOR, J.C. Cultivo Orgânico: origem, evolução e importância socioeconômica e ambiental. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.7, n.13, p. 1120-1127, 2011.

RIBEIRO, C. A. C. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

RODRIGUES, A. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S.; SOUSA, E. P. Impacto do Projeto Hora de Plantar sobre a sustentabilidade da produção de milho híbrido dos agricultores familiares no Cariri cearense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

ROMANO, A. P. H. **Entre socialização da informação e organização coletiva**: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto /SP. Franca: UNESP, 2009.

SCHIMITH, C. D.; ALVES, J. V. R.; FONSECA, R. C. S. O desenvolvimento de ações socioprodutivas em associações de agricultura familiar na região amazônica. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 11, n. 2, p. 881–893, 2018.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos FEE**, n. 21, p. 259-268, 1994.

SHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, fev. 2003.

SILVA, S. P.; ALVES, E. F. Impactos econômicos do PRONAF em territórios rurais: um estudo para o médio Jequitinhonha–MG. **Revista Econômica do Nordeste**, p. 481-498, 2009.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 20 abr. 2022.

SOLANO, S. L. T. **Os agricultores familiares e suas estratégias de gestão: o PRONAF B no território Açu-Mossoró (RN)**

TUDE, J. M. “Conceitos gerais de políticas públicas”. In: TUDE, João Martins, FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo (Orgs.). “**Políticas Públicas**”; IESDE Brasil S. A.; 2010.

VALE, J. C. E; WEIHS, M.; GERVAZIO, W. As vulnerabilidades da agricultura familiar e as ameaças das lavouras de soja ao projeto de assentamento São Pedro, Amazônia, Brasil. **Confins**, n. 46, 23 jun. 2020.

VARGAS, A. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 1, p. 133-143, 2010.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática. 2008.

ZUQUIM, M. L. **Os caminhos do rural: Uma questão agrária e ambiental**. 1.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para você participar da pesquisa: “IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS”, como trabalho final do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração, da Universidade Potiguar, do aluno Antonio Adail Pinto Cardoso a ser desenvolvida sob a orientação da Prof. A Dra. Luciana Gondim de Almeida Guimarães.

DA PARTICIPAÇÃO: DA POSSIBILIDADE DE DESISTÊNCIA E ENCERRAMENTO DA PESQUISA

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, inclusive quando não se sentir à vontade na resposta de perguntas de caráter obrigatório. Nesses casos, o participante da pesquisa poderá enviar, se assim quiser, solicitação da desistência e solicitação de comprovação da mesma para o e-mail adailpinto@ifce.edu.br, ficando o pesquisador responsável obrigado a enviar ao participante de pesquisa, a resposta de ciência do interesse do participante de pesquisa em retirar seu consentimento. O participante da pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento junto a este Termo.

Sua participação no referido estudo será no sentido de ofertar uma entrevista semiestruturada. Serão realizadas perguntas que contribuirão para verificar sua percepção acerca do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SOBRE O ESTUDO

A pesquisa pretende explorar os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na percepção dos produtores rurais de uma comunidade do município de Iguatu-CE. Pretende-se que esse conhecimento adquirido contribua com os estudos acadêmicos sobre o tema, aprofundando-o e dando suporte para pesquisas futuras.

GARANTIAS ÉTICAS: DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Todas as informações coletadas serão utilizadas somente pelos pesquisadores a fim de atender aos objetivos da pesquisa e mantidas em absoluto sigilo, assegurando assim sua confidencialidade e privacidade dos que tomarem parte na pesquisa. Os dados poderão ser utilizados durante encontros e debates científicos e publicados, preservando o anonimato dos participantes. Os dados do participante da pesquisa são confidenciais.

DOS BENEFÍCIOS

De início, informa-se que ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício financeiro. Todavia, as implicações provenientes dessa pesquisa serão úteis para o debate acadêmico e sobre políticas públicas sobre o objetivo geral da pesquisa.

DOS RISCOS, DO EVENTUAL DANO E DO RESSARCIMENTO

Os riscos envolvidos na participação desta pesquisa decorrem do eventual desconforto que os participantes poderão sentir ao responder as perguntas mediadas pelo entrevistador com informações pessoais e profissionais. São exemplos de desconfortos possíveis: (I) cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário; (II) constrangimento ao responder algum questionamento; (III) receio de ser identificado por outrem; dentre outros.

No entanto, serão estes esclarecidos que poderão se retirar da pesquisa a qualquer momento. Todo o procedimento garantirá sua identidade preservada, bem como a garantia de sigilo de todas as informações prestadas. Todavia, para minimizar tais riscos, os respondentes poderão omitir-se de respostas quanto a algum questionamento feito pelo pesquisador durante as entrevistas.

Os riscos passam a ser ainda potencialmente mitigados e minimizados ao passo que todos os participantes são detentores dos direitos e garantias aqui relatados, quanto aos riscos, danos e ressarcimento, bem como após o período de guarda de 5 (cinco) anos, todos os documentos serão deletados.

No que pese ao risco de vazamento de identificação e dados, característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas, deixa-se claro que a autoridade policial será acionada para investigação civil com vistas a mitigar riscos de compartilhamento das informações. De certo, ressalta-se que a garantia do anonimato total da fonte se dará a partir da utilização de códigos para supressão dos dados pessoais dos respondentes, de modo que apenas os envolvidos com a pesquisa tenham

acesso ao significado de cada código. Além do mais, os dados da pesquisa não serão expostos e guardados em ambiente corporativo/laboral.

Esta pesquisa não trará nenhum custo financeiro, e nem remuneração com a sua participação, visto que ela será realizada em sua própria residência e ou ambiente de trabalho e durante seu tempo livre. Enfatiza-se que, o participante poderá deixar de participar da pesquisa em qualquer fase, sem nenhuma penalização e sem prejuízo ao sigilo quanto às informações já fornecidas, cabendo a ele apenas comunicar sua decisão aos pesquisadores. Ademais, não obstante o relatado, o pesquisador, e as instituições e demais envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, de forma gratuita, se responsabilizam em proporcionar assistência imediata e integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa.

DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE POTIGUAR

O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UnP é um órgão Colegiado interdisciplinar e independente, possui caráter consultivo, deliberativo e educativo; constituído nos termos da Resolução no 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, e criado para defender os interesses dos participantes de pesquisas em sua integridade e dignidade assim como para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Compete ao CEP/UnP analisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos e material deles advindo, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhes a responsabilidade primária pelas decisões sobre os aspectos éticos, científicos e metodológicos, incluindo a pertinência e o alcance sociocientífico da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos

dos voluntários participantes das pesquisas. É importante ressaltar que todas as pesquisas envolvendo seres humanos a serem desenvolvidas – de Iniciação Científica, Estágio, Mestrado, doutorado entre outros -, somente poderão ser iniciadas depois de aprovadas pelo CEP/UnP.

DA GARANTIA DE ORIGINALIDADE DA VIA E DÚVIDAS

O participante da pesquisa receberá uma via (não cópia) do documento, assinada pelo participante de pesquisa (ou seu representante legal) e pelo pesquisador, e rubricada em todas as páginas por ambos. Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao pesquisador Antonio Adail Pinto Cardoso, pelo telefone (88) 9 9211-6322, ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da UnP, no endereço Av. Senador Salgado Filho, 1610 – Lagoa Nova ou pelo telefone: (84) 3215-1219, de segunda a sexta: 7h30 às 11h30 – 13h30 às 17h30.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, concordo em participar da pesquisa “IMPACTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DE PRODUTORES RURAIS” e autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa me identificar. E Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa.

Nome do participante da pesquisa: _____

Assinatura do participante da pesquisa: _____

Nome do Coordenador e pesquisador da pesquisa: Antonio Adail Pinto Cardoso

Assinatura do Coordenador e pesquisador da pesquisa: _____

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO I - PERFIL SOCIO-ECONÔMICO

1. Sexo: () Feminino () Masculino

2. Idade:

() 18 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 a 60 anos () mais de 60 anos

3. Estado Civil:

() Solteiro () Casado () Divorciado () Viúvo

4. Quantas pessoas tem no grupo familiar: _____

5. Número de filhos: _____

6. Qual o seu grau de escolaridade? _____

7. Qual a sua renda familiar?

() Menos de 1 salário mínimo () Até 1 salário mínimo () De 2 a 4 salários mínimos () De 5 a 7 salários mínimos () Mais de 7 salários mínimos

8. Tempo que atua como agricultor familiar? _____

9. Qual a sua principal atividade produtiva? _____

10. Produz apenas para a sua subsistência e de sua família ou também comercializa?

BLOCO II - SOBRE A TEMÁTICA:

11. Como você avalia as ações do Estado para a agricultura familiar em sua comunidade?

12. Há na comunidade, um acompanhamento dessas ações, como por exemplo, se são realmente realizadas de forma a respeitar os direitos dos agricultores familiares?

13. Em sua opinião, como o PRONAF influencia sua situação econômica como agricultor familiar?

14. Você está atualmente enquadrado em algum grupo ou linha do PRONAF?

15. Já utilizou ou considerou utilizar crédito do PRONAF para suas atividades agrícolas e se utilizou, como esse financiamento impactou em sua vida e de sua família?

16. Você acha que existiu alguma melhoria na agricultura familiar, em sua comunidade, como resultado das práticas incentivadas pelo PRONAF? Se sim, quais foram essas melhorias?

ISBN 978-655376532-0



9

786553

765320